



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

LUCIANO XAVIER NUNES RASTELI

**CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DO PRODUTIVISMO:
UMA PERSPECTIVA CENTRADA NO VALOR DE USO**

Salvador

2014

LUCIANO XAVIER NUNES RASTELI

**CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DO PRODUTIVISMO:
UMA PERSPECTIVA CENTRADA NO VALOR DE USO**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Filosofia da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Castelo Branco de Moura.

Salvador

2014

Rasteli, Luciano Xavier Nunes

R229 Contribuição à crítica do produtivismo: uma perspectiva centrada no valor de uso. – 2014.

97f.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Mauro Castelo Branco de Moura.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2014.

1 Capitalismo. 2. Trabalho. 3. Valor (Economia). 4. Ecologia.

5. Marx, Karl, 1818-1883. I. Moura, Mauro Castelo Branco de.

II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 330.122

LUCIANO XAVIER NUNES RASTELI

CONTRIBUIÇÃO À CRÍTICA DO PRODUTIVISMO:

UMA PERSPECTIVA CENTRADA NO VALOR DE USO

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Filosofia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, de de 2014.

Banca Examinadora

Antônio da Silva Câmara _____

Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII, França.
Universidade Federal da Bahia

Marildo Menegat _____

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Mauro Castelo Branco de Moura - Orientador _____

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
Universidade Federal da Bahia

A Thiago Fonseca e Delmar Schneider.
in memoriam

AGRADECIMENTOS

A minha família e a Talia, por tudo.

Ao Prof. Dr. Mauro C. B. Moura, qualquer tentativa de esboçar aqui a minha gratidão, por toda ajuda e consideração que demonstrou ao longo de toda a minha formação acadêmica, seria insuficiente.

Ao Prof. Dr. Crisóstomo de Souza, por toda colaboração e ajuda desde a minha graduação no Bacharelado de Filosofia.

Ao Prof. Dr. Antônio Câmara, pela colaboração e contribuição para a realização desse trabalho.

Ao Prof. Dr. Genildo Ferreira, por sua colaboração.

Ao Prof. Dr. Monclar Valverde, por sua contribuição durante meu período de mestrando.

Ao Prof. Dr. João Carlos Sales, pela consideração.

À amiga Gladys Parish, por tudo.

A todos os colegas de turma.

A Fábio Sales Nascimento, por sua ajuda.

“Hoje, quando as possibilidades técnicas dos homens superam em muitos aspectos os sonhos dos velhos utopistas, parece mais provável que estas possibilidades se realizem negativamente, se transformem em forças destrutivas e, assim, em lugar da salvação, por mais humana que seja, tragam consigo a total perdição: talvez a sinistra paródia da transformação em que pensava Marx, pois sujeito e objeto não se reconciliam, mas sim, se destroem”.

(Alfred Schmidt)

RESUMO

RASTELI, Luciano Xavier Nunes. **Contribuição à crítica do produtivismo**: uma perspectiva centrada no valor de uso. 97 f. 2014. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Orientador: Prof. Dr. Mauro Castelo Branco de Moura.

A atualidade do pensamento de Marx comprova-se não só por representar uma referência fundamental nos debates hodiernos suscitados pelo recrudescimento das crises econômicas. Além dos temas que já se tornaram canônicos, hoje novos desdobramentos do trabalho de Marx encontram-se no centro de candente discussão. Entre estes, ressalta-se aqui o tema da ecologia em Marx, que vem ensejando altercação prolífica não só entre autores marxistas. Um dos pontos de dissenso nesse âmbito é concernente à questão do produtivismo. As análises críticas de Marx concernentes ao modo de riqueza capitalista, à mercadoria, o dinheiro, o capital e o trabalho alienado ensinam uma crítica ao que se chama produtivismo e uma proposta de sua superação alicerçada no desenvolvimento das forças produtivas humanas. A atual crise ambiental está, para alguns autores, diretamente associada a esse produtivismo, identificado inclusive, como sua causa fundamental. Nesse sentido a crítica de Marx apresenta aspectos ecológicos inolvidáveis.

Palavras-chave: Produtivismo. Ecologia. Capitalismo. Mercadoria. Trabalho alienado. Valor de uso.

ABSTRACT

The relevance of Marx's thought is borne out not only because it represents a fundamental reference in modern-day debates raised by the resurgence of economic crises. In addition to the themes that have now become canonical, today new developments of Marx's work are at the center of a burning debate. Among these, we highlight here the theme of ecology in Marx, who has been prolific occasioning strife not only between Marxist authors. One of the points of disagreement in this context is concerning the question of productivism. Critical analyzes of Marx concerning the mode of capitalist wealth, goods, money, capital and alienated labor starts a criticism of what is called productivism and a proposal for overcoming rooted in the development of human productive forces. The current environmental crisis is, for some authors, directly linked to this productivism, including identified as a key cause. In this sense Marx's critique presents unforgettable ecological aspects.

Keywords: Productivism. Ecology. Capitalism. Merchandise. Alienated labor. Use value.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 PRODUTIVISMO E MERCADORIA	20
2.1 Produtivismo	20
2.2 Mercadoria	31
3 DINHEIRO E CAPITAL	44
3.1 Dinheiro	49
3.2 Capital	49
4 TRABALHO E FORÇAS PRODUTIVAS	67
4.1 Trabalho	66
4.2 Forças Produtivas	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	93

1 INTRODUÇÃO

A maior parte das criações da inteligência ou da fantasia desaparecem para sempre, em espaço de tempo que pode variar de uma hora a uma geração. Com outras, porém, tal não acontece. Sofrem eclipses, é certo. Mas ressurgem. E ressurgem, não como elementos irreconhecíveis da herança cultural, mas com roupagens e cicatrizes próprias, que podem ser vistas e tocadas. A estas podemos denominar de grandes, e não equivale a subestimar, unir a grandeza à vitalidade. Tomada em tal sentido, é, sem dúvida, a expressão que bem se aplica à mensagem de Marx. (Schumpeter)¹

Entre os desafios que a humanidade enfrenta hoje, inevitavelmente estará incluído o problema da crise ambiental, cujo paroxismo é coetâneo do apogeu do modo de produção capitalista e, segundo parecer de muitos estudiosos, resultante justamente deste sistema. A proposta do presente trabalho é discutir algumas questões pertinentes ao pensamento de Marx que representam possíveis pontos de interlocução entre a crítica marxiana do capitalismo e o questionamento de viés ecológico centrado nas consequências ambientais desse modo de produção, sobretudo a crítica ao que os ecologistas denominam *produtivismo*. Trata-se, portanto, de uma reflexão sobre alguns aspectos da contribuição que a obra de Marx pode representar para o debate contemporâneo referente ao problema ambiental. Para tanto, toma-se como referência principal as análises desenvolvidas por Marx no livro I de *O Capital*, em especial, a análise da mercadoria e a que se refere ao trabalho, e é a partir da perspectiva apresentada nessa obra que outros trabalhos do autor são inseridos na abordagem.²

¹ (1961, p. 11).

² *O Capital*, obra em tantos aspectos notável, é projeto grandioso, no entanto inacabado. Fruto de uma dedicação extenuante de Marx, que colocou em risco a própria saúde em função do esforço empregado em tal empresa. O desenrolar das diferentes edições do livro, bem poderia compor um capítulo à parte, e os vários prefácios dão testemunha disso. Obra de difícil enquadramento. Filosófica, econômica, tão rica em referências literárias, ela demonstra claramente o interesse artístico do autor. Versa, como anuncia o título, sobre o capital, mas é seu próprio artífice quem sinaliza a ironia de, apesar disso, possuir ele mesmo tão pouco dinheiro enquanto a escrevia. Do grandioso projeto original, destaca-se o Livro I de *O Capital* publicado ainda durante a vida do autor, o responsável também pelas mudanças efetivadas nas primeiras edições. O Livro I ainda possui outra peculiaridade em relação aos outros três que formam o conjunto da obra. Conforme Engels, “o primeiro livro em si mesmo é, até certo ponto, um todo, e, durante vinte anos, passou por obra

A crítica de Marx parece hoje mais atual do que nunca. A reincidência da crise econômica, que parece mais intensa a cada nova irrupção, não nos deixa olvidar o seu nome. Sua abordagem pioneira sobre as crises, a denúncia feita por ele de que elas são inerentes ao sistema capitalista, no entanto, não são os únicos aspectos que motivam o inquestionável interesse atual por sua obra, notabilizado também pelas tantas publicações recentes relacionadas diretamente com o pensamento do autor.³ Não é tão somente a falência dos sistemas financeiros que concorre para o ressurgimento do pensamento de Marx no centro de debates hodiernos cruciais, a despeito de quem acreditou que os escombros do muro definitivamente seriam o *finishing stroke* de sua lápide. Ademais, a mencionada crise não é a única nem a mais urgente em vigência, como alerta Elmar Altvater:

Nesses meses da crise financeira, quase não se fala das crises do abastecimento de energia e da catástrofe climática ou da fome endêmica, sobre a qual padecem bilhões de pessoas. Tais crises não se expressam de forma tão espetacular como a crise financeira, mas provavelmente custarão tanto ou até mais do que o socorro aos bancos. (2010, p. 9).

As roupagens e cicatrizes, mencionadas há pouco por Schumpeter, bem podem, por vezes, apresentar nova nuance. O modo de produção capitalista, hoje amplamente hegemônico, é identificado como causa principal de um duplo processo de degradação que, em última instância, coadunam-se. Por um lado, apesar de proporcionar o crescimento das riquezas, não concorre para a distribuição das mesmas, gerando um quadro de desigualdade que, nem de longe, diminui na mesma proporção em que aumenta aquela. A pobreza e a miséria que espelham essa desigualdade, já representam um problema social até mesmo para os países mais ricos. “Essa conjuntura, portadora da iminência da violência – ameaça maior para o processo de reprodução social” (MOURA, 2004, p. 313) –, é o aspecto social da degradação decorrente desse sistema produtivo. Na contra face desse corolário,

autônoma. O segundo livro, que editei em alemão, em 1885, fica decididamente incompleto sem o terceiro, que não pôde ser publicado antes do fim de 1887.” (ENGELS, 2011, p. 41). Muitos consideram *O Capital* a *opus magnum* de Marx, e se for razoável, como sugere Raymond Aron (2003, p. 23), estabelecer certa hierarquia entre os escritos de Marx, o Livro I tem espaço singular no conjunto da obra desse grande autor.

³ Além do grande projeto de edição completa de suas obras (Projeto Mega), no Brasil, alguns trabalhos fundamentais, como os *Grundrisse*, por exemplo, foram recentemente traduzidos diretamente da língua *mater* do autor.

encontra-se outro de igual relevância, as implicações de tal lógica produtiva em relação à natureza.⁴

O risco de esgotamento de certos recursos não renováveis e de mudanças climáticas temerosas, as degradações dos ecossistemas, entre outros, configuram o que se costumou denominar crise ecológica. O desenvolvimento do modo de produção orientado por um critério básico, qual seja, a obtenção máxima de lucro, é identificado como causa principal do problema ambiental, como assevera, por exemplo, François Chesnais e Claude Serfati:

A crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das consequências da organização política e econômica dos Estados burocráticos, inclusive a China. (2003, p. 41).

Embora o desenvolvimento dessas duas dimensões de crise, social e ecológica, seja concomitante e sua causa esteja fundada no mesmo fulcro, as críticas a uma e outra esfera efetivaram-se em separado e até por vezes em mútua oposição. Um diálogo, e possível complementaridade entre as duas instâncias, é o que preconizam hoje diversos autores. Tema em grande medida negligenciado pela tradição marxista canônica, a questão ambiental⁵, há alguns anos, tornou-se alvo também do escrutínio de estudiosos do pensamento de Marx, estendendo assim as fronteiras de sua contribuição. Atualmente, o debate sobre esse tema, entre autores cuja referência fundamental é a filosofia de Marx, é candente. E não são poucos esses autores, pode-se mencionar como exemplos, Elmar Altvater, François Chesnais e Guillermo Foladori. O interesse comum em ressaltar a importância da crítica marxiana para a discussão sobre o problema ecológico e o fato de apontarem para uma possível aproximação entre esses dois campos, não significa que esteja assegurada uma concordância entre esses autores, nem entre os caminhos por eles escolhidos para o estabelecimento desse diálogo.

⁴ Conforme Alfred Schmidt, “A natureza é para Marx um momento da práxis humana e ao mesmo tempo a totalidade do que existe.” (1976, p. 23). O trabalho é a atividade que conecta essa totalidade à dimensão social, humana. *Natureza* aparece aqui nesse sentido amplo.

⁵ Como confirma Michel Löwy ao comentar sobre essa questão: “Ainda hoje, o marxismo está longe de ter preenchido o seu atraso nessa área.” (LÖWY, 2010)

Esse interesse na contribuição do pensamento de Marx para o debate ecológico é plenamente justificável. As passagens que remetem a essa temática estão disseminadas em muitas obras do autor, embora ele não tenha dedicado, e não haveria mesmo de se esperar isso em seu tempo, *in totum*, um trabalho, ou mesmo um capítulo, voltado à análise sistemática do problema, que, aliás, nos anos de sua maturidade, estava muito distante do caráter de premência que veio a assumir e que é hoje tão evidente que dispensa delongas. O Livro I de *O Capital*, por exemplo, foi publicado, depois dos atrasos e contratempos, em 1867, década que viu surgir na Grã-Bretanha os primeiros grupos protecionistas. No mesmo ano de lançamento do livro, foi fundado aquele que, provavelmente, foi o primeiro organismo voltado à preservação da vida selvagem no mundo, o *East Riding Association for the Protection of the Sea Birds*.⁶ O lançamento de *O Capital* é coetâneo ainda do próprio surgimento do termo ecologia, criado pouco antes em 1866 pelo biólogo alemão Ernst Haeckel que usou então a grafia *ökologie* para designar o estudo da economia, dos hábitos, do modo de vida, das relações vitais externas dos organismos⁷. Aquele que é considerado um dos primeiros grandes clássicos do ambientalismo, o *Man and Nature*, de George Perkins Marsh foi lançado alguns anos antes de *O Capital* em 1864.⁸ Notadamente o que viria a ser conhecido como movimento ambientalista estava ainda no seu albor e só veio a ter devidamente reconhecida sua importância tempos depois.

A ênfase das iniciativas no incipiente ambientalismo de meados do século XIX era a proteção da vida selvagem, e muitas outras organizações surgiram na esteira do caminho iniciado por aquela primeira, mas trabalhos como o de Engels, por

⁶ (McCORMICK, 1992, p. 24).

⁷ (DROUIN, 1991, p. 18). Em 1976, o dicionário *Nouveau Petit Larousse Illustré* definiu a ecologia como “estudo científico das relações dos seres vivos com o seu meio natural” e complementou essa definição, que é igual à de 1956, com uma outra acepção: “defesa do meio natural, proteção do meio ambiente.” (DROUIN, op. cit. p. 18). Esse segundo sentido tornou-se bastante usual ao longo dos anos, de modo que os profissionais que praticam a ecologia enquanto disciplina científica tendem a sublinhar a diferença entre essa prática e o movimento social de defesa do meio ambiente. A terminologia que distingue o ecólogo – formado em ecologia – do ecologista, adepto do ecologismo, traduz essa intenção. É sobretudo esse segundo sentido da palavra que interessa no presente trabalho.

⁸ “[...], George Perkins Marsh, reconhecido em geral como o mais ilustre conservacionista/ecologista do século XIX e (nas palavras de Lewis Mumford), ‘o criador do movimento de conservação da natureza’.” (FOSTER, 1999, p. 170).

exemplo, também denunciavam as condições urbanas de então⁹. Sublinhar a contemporaneidade entre a produção da fase de maturidade de Marx e um ambientalismo *in statu nascenti* mostrar-se-á pertinente no decorrer do trabalho.

A natureza tem um papel essencial no pensamento de Marx. No seu livro *O conceito de natureza em Marx*, considerado um referencial no assunto, Alfred Schmidt põe em relevo essa importância estabelecendo como objeto central de suas análises esse conceito que, como ele demonstra ao longo de todo o seu livro, perpassa o desenvolvimento do pensamento de Marx, para tanto, utiliza como fontes “todas as obras disponíveis de Marx”¹⁰. A noção de natureza é fundamental, sobretudo, por que o homem estabelece uma relação vital com a mesma, e a relevância dessa relação é amplamente destacada na obra de Marx. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, é na relação com a natureza que o homem manifesta seu traço distintivo, através do trabalho, que é a atividade propriamente humana, aquela que o diferencia das outras espécies. Ao humanizar a natureza, na medida em que a manipula por intermédio do trabalho e lhe conforma de modo a satisfazer necessidades humanas, o homem ao mesmo tempo se humaniza, exercita a atividade que o caracteriza, põe em ação sua *atividade vital*, o trabalho. Em *O Capital*, a ideia de *trabalho*, abordagem presente em especial no primeiro capítulo da 3ª seção, também expressa o indelével liame entre homem e natureza. O trabalho é a mediação propriamente humana entre os dois, e, assim como nos *Manuscritos de 1844*, caracteriza-se por ser atividade livre e consciente, destarte, apanágio do homem, traço de sua singularidade.

⁹ *A condição da classe operária na Inglaterra* (1845). “[...] cumpre notar que os méritos do jovem Engels no trato do urbano já foram adequadamente reconhecidos [...]” (NETTO, 2010, p. 31). Outro bom exemplo é o romance *Tempos difíceis* (1854) de Charles Dickens, muito apreciado por Marx, inclusive, e pode-se notar que, apesar da diferença de tempo entre a publicação dos dois livros, os bairros operários de Manchester descritos por Engels, com suas ruas *extremamente sujas* e que *foram abertas sem qualquer cuidado com a ventilação*, bem poderiam ser a representação da fictícia Coketown de Dickens, essa “horrrível cidadela, no coração do labirinto de pátios estreitos e apertadas vielas, nascidas aos pedaços, onde, dir-se-ia, que a Natureza não tivera licença para entrar [...]”. (DICKENS, 1969, p. 50).

¹⁰ (SCHMIDT, 1976, p.12).

A abordagem sobre o trabalho, portanto, denota um ponto de continuidade entre os dois escritos.¹¹ Análise que ressalta sobejamente a relevância do *metabolismo* entre homem e natureza na teoria de Marx, essa relação, por vezes denominada troca orgânica nos *Manuscritos*, tem em seus desdobramentos uma conotação ecológica, como assevera Daniel Bensaid:

A noção de ‘troca orgânica’ ou de metabolismo (*Stoffwechsel*) aparece desde os Manuscritos de 1844. Ela remete a uma lógica do ser vivo que contraria a causalidade mecânica e anuncia a ecologia nascente. (BENSAID, 1999, p. 447).

Noções como essa, que desvela a clara percepção da inelutável interdependência entre homem e natureza, tão marcante na obra de Marx, exemplificam aquilo que motiva a atenção de autores contemporâneos como, por exemplo, Michel Löwy. Este, inclusive, faz uso do termo *ecossocialismo* para se referir ao grupo de estudiosos que manifestam como um traço em comum, o interesse nos aspectos ecológicos do legado de Marx, o que não significa que haja necessariamente concordância entre os posicionamentos teóricos dos diferentes autores.¹² A abordagem sobre esse metabolismo orgânico entre homem e natureza, que destaca o trabalho enquanto mediação dessa relação, é objeto aqui da terceira parte.

No entanto, o reconhecimento de um caráter ecológico no pensamento de Marx está longe de ser ponto consensual. Certos autores – bom exemplo, Bellamy

¹¹ Sem pretender aqui enveredar pela querela em torno da suposta ruptura epistemológica existente entre os trabalhos do jovem Marx e aqueles desenvolvidos em sua maturidade, tese defendida principalmente por Althusser e contradita por outros autores, nota-se, a propósito, que apesar do abandono de certos termos em sua fase de maturidade, entre esses, *ser genérico*, na sua análise do trabalho a relação demonstra continuidade. Um termo envolto nessa polêmica é *alienação*. A esse respeito, István Mészáros não só afirma a evidência do uso da palavra na maturidade de Marx como cita exemplos de sua utilização também no Livro I de *O Capital*, entre outros. Depois de apresentar várias passagens de livros da fase de maturidade de Marx onde o vocábulo é utilizado ele concatena: “Deve estar claro, a esta altura, que *nenhum* dos significados de alienação usados por Marx nos *Manuscritos econômico-filosóficos* desapareceu de seus escritos posteriores. E isso não é surpresa.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 207).

¹² “O eco-socialismo desenvolveu-se sobretudo durante os últimos trinta anos, graças às obras de pensadores do porte de Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rudolf Bahro (nos seus primeiros escritos) e André Gorz (ibidem), bem como graças às preciosas contribuições de James O’Connor, Barry Commoner, John Bellamy Foster, Joel Kovel (EUA), Juan Martinez Allier, Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechman (Espanha), Jean-Paul Deléage, Jean-Marie Harribey (França), Elmar Altvater, Frieder Otto Wolf (Alemanha), e de muitos outros, que se exprimem numa rede de revistas, tais como *Capitalism, Nature and Socialism, Ecologia Política, etc.*” (LÖWY, 2010).

Foster, que figura com destaque na lista daqueles que se ocupam do tema de uma possível ecologia em Marx (nota 12), tanto por ter escrito, dos livros já traduzidos para o português sobre o tema, o trabalho mais aprofundado (*A ecologia de Marx*), quanto por suas conclusões a respeito da questão – posiciona-se claramente em defesa do viés ecológico do pensamento de Marx – como pode ser ilustrado pela seguinte passagem:

Que era possível interpretar Marx de um modo diferente, um modo que concebia a ecologia como central ao pensamento dele, era algo de que eu certamente estava a par desde a década de 1980, [...] É impossível dar conta das etapas [...] de como eu afinal cheguei à conclusão de que a visão de mundo de Marx era profundamente – e na verdade sistematicamente – ecológica (em todos os sentidos positivos em que se usa o termo hoje). (FOSTER, 2005, p. 7 e 9 respectivamente).

Não obstante, Marx é criticado por outros autores justamente por não evidenciar em sua teoria uma preocupação maior nesse âmbito –, é o que alguns defendem, como reconhece o próprio Foster:

Embora haja uma longa história de denúncias contra Marx por falta de preocupação ecológica, hoje, após décadas de debate, está claríssimo que essa visão absolutamente não conduz com as evidências. (FOSTER, 2005, p. 23).

Pode-se, de modo resumido, enumerar a esse respeito as supostas lacunas apontadas com mais recorrência e às quais Bellamy Foster intenta contrapor em seu livro¹³: as proposições de Marx de cunho ecológico não teriam ligação sistemática com a estrutura nuclear de sua obra e ainda seriam muito menos presentes em suas últimas produções do que em seus trabalhos iniciais; a postura de Marx com relação à tecnologia seria de entusiástica anuência, uma visão condescendente em relação à civilização industrial, sintomática de um “prometeísmo” de sua parte, desta maneira, sua interpretação da história seria antiecológica. Ademais, essa alegada visão prometéica está associada à ideia de produtivismo, como afirma Foster:

Despojado da maior parte de seu sentido histórico e cultural, o mito de Prometeu foi transformado, na obra desses críticos, em um símbolo cultural da própria modernidade, representando o produtivismo extremo e o domínio da natureza (incluindo a natureza humana). (FOSTER, 1999, p. 163).

¹³ (2005, p. 24).

Ainda conseqüente desse ponto de vista seria a crença – alimentada por Marx – de que a tecnologia e o desenvolvimento econômico, suficientes para resolver o problema da escassez, dispensariam uma preocupação ostensiva com essa questão ecológica num futuro socialismo; e, além do desinteresse por questões da ciência, Marx tampouco – defendem os críticos – se preocupava com as conseqüências da tecnologia para o meio ambiente, o que inviabiliza, por falta de embasamento científico, um *approach* ecológico em seus trabalhos. Por fim, ele é ainda criticado por ter estabelecido uma separação radical entre humanos e animais e privilegiado em suas análises os primeiros em detrimento das outras espécies; destarte, seria “especiesista”¹⁴.

Uma dessas denúncias mencionadas por Foster será aqui tomada como ponto de reflexão e analisada a partir de um ponto de vista crítico, centrado, sobretudo, na perspectiva de Marx sobre o valor de uso, a saber, a questão do suposto produtivismo presente no pensamento do autor. Essa querela perpassa todo o trabalho, funcionando, por assim dizer, como um problema a ser discutido e um pano de fundo que coaduna as partes do trabalho no sentido de atribuir a este um perfil de conjunto. Portanto, ao privilegiar a questão ecológica em Marx, pretende-se também com isso contraditar a acusação de produtivismo a ele direcionada.

Elege-se como ponto de partida justamente uma abordagem sobre essa “mentalidade” sublinhando o caráter ambivalente do termo produtivismo e a pertinência hodierna desta questão. Posteriormente, segue-se com a análise de Marx concernente à tríade de noções fundamentais *d’O Capital*, mercadoria, dinheiro e capital, buscando mostrar que essas análises, seus desdobramentos e suas conclusões não corroboram o alegado produtivismo. A primeira forma da tríade estudada é a mercadoria. Ela divide a primeira parte do trabalho com a noção de produtivismo. As duas noções perpassam todo o trabalho, por isso a escolha delas para iniciar o texto. A parte subsequente centra-se nos desdobramentos da mercadoria, as outras duas formas da tríade. A investigação sobre elas tenta demonstrar as razões que motivam o produtivismo capitalista. Para finalizar, uma

¹⁴ A grafia utilizada aqui foi a encontrada no livro de Bellamy Foster (2005, p. 24).

abordagem sobre o trabalho e as forças produtivas, buscando identificar na crítica de Marx ao trabalho alienado, uma crítica ao produtivismo, e focar o desenvolvimento das forças produtivas como uma possibilidade de superação deste.

2. PRODUTIVISMO E MERCADORIA

Nessa primeira parte serão abordadas duas noções que perpassam todo o trabalho. O produtivismo por representar a questão que funcionar como seu fio condutor; e a mercadoria, forma a partir da qual se desdobram os itens abordadas na segunda parte, e que está diretamente relacionada aos temas pertinentes à terceira parte.

2.1 Produtivismo

A sociedade industrial, a mais formidável máquina de produzir, é por isso mesmo a mais terrível máquina de destruir. Raças, sociedades, indivíduos; espaço, natureza, mares, florestas, subsolo: tudo é útil, tudo deve ser utilizado, tudo deve ser produtivo; de uma produtividade levada a seu desempenho máximo de intensidade. (Pierre Clastres)¹⁵

De início, uma tentativa de aproximação à noção de produtivismo. Menos para chegar a uma definição circunscrita e rematada, mas, pelo contrário, buscando mostrar por abordagem de aspectos etimológicos e históricos associados ao vocábulo, que este escapa a uma conceituação restritiva e denota mais propriamente uma ideia um tanto vaga, algo próximo a uma mentalidade difusa e amplamente presente na contemporaneidade, por assim dizer, um *ethos* característico do *modus operandi* típico de nosso tempo. O termo nem sempre teve a conotação pejorativa hoje bastante comum, e esse primeiro enfoque desvela também as razões que levaram a essa nuance semântica. De resto, essa abordagem inicial que procura situar melhor a questão do produtivismo e alguns de seus possíveis sentidos, também indica a direção adotada nas partes subsequentes do trabalho centradas na discussão do problema a partir da controvérsia envolvendo o pensamento de Marx.

Produtivismo não é um termo facilmente encontrado nos dicionários, mesmo os de filosofia. Ferrater Mora, Nicolai Abagnano, Dicionário Logos, tampouco no Dicionário do Pensamento Marxista editado por Tom Bottomore consta o vocábulo

¹⁵ (1974a, p. 91)

como um item em separado. Uma busca no dicionário de economia editado por Arthur Seldon ou no de Paulo Sandroni não resultará de outro modo. Este também não se enquadra entre os temas clássicos do debate filosófico e, mesmo no âmbito do marxismo, ocupa lugar secundário. Um sinal de advertência, nem por isso impossibilidade - onde há risco, cresce também o que salva, sugere a divisa de Hölderling. O Dicionário Caldas Aulete o apresenta como uma doutrina político-econômica que tem a produção máxima como *leitmotiv* da evolução social. Dista pouco de uma outra definição, “doutrina social que considera o desenvolvimento da produção como meio da evolução social.”¹⁶ Há, nos dois casos, pelo menos uma limitação. Apreende-se dessas definições uma atribuição de valor intrínseco à produção. Ela teria, nesse sentido, um valor, digamos, *per si*. Acepção um tanto extrema, “produzir por produzir”. Em linguagem coloquial, o termo é muitas vezes usado assim mesmo, como se não houvesse um motivo maior por trás dessa vocação produtiva. As análises de Marx, por sua vez, vão mostrar que o esmero capitalista em relação à produção tem finalidade bem estabelecida e clara.

Produtivismo é palavra de domínio público – é possível que tenha aí sua origem – e comumente é usado em sentido negativo. Seu sufixo *lhe* dá feição de doutrina, melhor ainda, situando na bitola marxista, uma espécie de ideologia, no sentido de um modo de pensar que obscurece as contradições sociais nas quais esse pensamento se origina.¹⁷

Se é difícil encontrar a palavra nos dicionários, é preciso dizer que, por outro lado, a discussão em torno do que ela representa não tem nada de anacrônica, é, sem dúvida, uma questão de nosso tempo. Como tal, não é menos merecedora de um interesse de viés filosófico – como afirma Crisóstomo de Souza:

¹⁶ Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Geração, 2010.

¹⁷ O Dicionário do Pensamento Marxista demonstra diferentes acepções do termo ideologia relacionadas às fases do desenvolvimento do pensamento de Marx, com a ressalva sublinhada no próprio dicionário – “mesmo que não se admita qualquer ‘ruptura epistemológica’ dramática entre tais fases.” Essa é uma das noções apresentadas: “[...] a crítica de Marx e Engels procura mostrar a existência de um elo necessário entre formas ‘invertidas’ de consciência e a existência material dos homens. É essa relação que o conceito de ideologia expressa, referindo-se a uma distorção do pensamento que nasce das contradições sociais e as oculta. Em consequência disso, desde o início, a noção de ideologia apresenta uma clara conotação negativa e crítica.” (BOTTOMORE, 2001, p. 183-184).

O filósofo não apenas pode começar o dia com a leitura do jornal como sua 'oração matinal'. Pode também, de algum modo, tomar no seu filosofar as coisas do tempo e do lugar, seus temas e questões, como ensaio e filosofia temática e 'aplicada', deixando por um momento de lado a história da filosofia e o comentário escolástico do texto. (SOUZA, 2001, p. 57).

A noção de produtivismo é, hoje, alvo da crítica de diversos autores. Desde a proposta de um *decrescimento sereno* do francês Serge Latouche, passando pela crítica de uma *razão produtivista* – título de coletânea de artigos póstuma de André Gorz -, até os ecologismos mais radicais, são muitas e bastante nuançadas as opções. “Hoje” refere-se a uma renovação e não a um caráter inaugural. Essas análises estão muitas vezes associadas a temas mais abrangentes, como desenvolvimento e progresso, o que contribui para a complexidade da questão. Produzir, verbo raiz do vocábulo, está ligado já em seu étimo às duas noções. Entre a rica polissemia do termo *producere* (latim) encontram-se sentidos como, fazer avançar, conduzir para frente, desenvolver.¹⁸ O vínculo entre as três ideias tornou-se muito estreito ao longo do tempo de modo que esse liame de cunho semântico figura como mero detalhe. As três noções estão hoje, mais do que nunca, *sub judice*, mas as vozes dissonantes foram muitas e seu eco vem de longe. Para citar exemplo atual e contundente dessa crítica:

No alvorecer do Século XXI, o paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e é assumida pelo discurso hegemônico como sinônimo de progresso trazido pela globalização. Mas esse *progresso*, discurso dominante das elites globais, traz também consigo exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, agredindo e restringindo direitos humanos essenciais.

[...] Um olhar sobre o século XX, com os imensos saltos da tecnologia e do conhecimento, mas com seus imensos passivos de guerras trágicas, miséria e danos ambientais, faz brotar com força a pergunta central: somos, por conta desse tipo de desenvolvimento, mais sensatos e mais felizes? Ou podemos atribuir parte de nossa infelicidade precisamente à maneira como utilizamos os conhecimentos que possuímos? As consequências negativas do *progresso*, transformado em discurso hegemônico, acumulam um passivo crescente de riscos graves que podem levar de roldão o imenso esforço de séculos da aventura humana para estruturar um futuro viável e mais justo para as gerações futuras.” (DUPAS, 2007. p. 73).

Nada, no entanto, que faça frente à magnitude alcançada por seu objeto de crítica. Ele pode ser interpretado de diversas formas, na verdade, nota-se a grande afinidade entre elas. Seja o produtivismo uma ideologia que se manifesta, entre

¹⁸ (MACHADO, 1967).

outros, em discursos e numa rica fraseologia, seja uma “razão” – como sugere o título do mencionado livro póstumo de André Gorz – , uma mentalidade, por que não dizer, uma crença - tal qual o *credo* mencionado por Karl Polanyi:

A revolução Industrial foi apenas o começo de uma revolução tão extrema e radical quanto as que sempre inflamavam as mentes dos sectários, porém o novo credo era totalmente materialista, e acreditava que todos os problemas humanos poderiam ser resolvidos com o dado de uma quantidade ilimitada de bens materiais. (1980, p. 57).¹⁹

Não bastasse a pluralidade de sentidos, tem também outra dimensão e seu horizonte de influência aí se estende a diversos modos da atividade humana. Não surpreende que mesmo a atividade intelectual esteja sujeita à sua bitola. O autor Serge Moscovici comenta, a esse respeito, um exemplo pessoalmente vivenciado, mas que não é de modo algum solitário,

Eu me lembro de que, entre as suposições pessimistas, aquela, que chamarei de *fordismo científico*, tinha me impressionado mais após passar um ano na máquina de pensar de Stanford. A convivência com quarenta pesquisadores me permitiu ver que eles deveriam ser originais a todo custo, inventar sujeitos e métodos e tudo isso menos por amor ao saber do que para publicar numa revista de primeira linha, se eles desejassem continuar na competição e ganhar suas vidas; em resumo, publicar senão perecer. Os critérios de talento e de qualidade foram substituídos pelos critérios da produtividade e da quantidade, dos quais dependia o valor de alguém no mercado acadêmico. (MOSCOVICI, 2007, p. 19).

E ainda tem suas implicações práticas, que conformam sua contraface efetiva. Produtivismo – a grafia do termo anuncia – é algo que está diretamente associado com a produção, com o ato produtivo, sendo o trabalho, o ato produtivo *par excellence* em nossa cultura, tal como o espaço produtivo, como sublinha Ricardo Antunes, é o *locus* por excelência da dominação do capital.²⁰ Nem toda ação produtiva, assim como nem todo trabalho, no entanto, configuram um produtivismo. Onde então – melhor, a partir de quê – apontar sua presença? Na carência de critérios objetivos, é mister ao menos pensar que aspectos desse ato ou

¹⁹ Elmar Altvater não é menos cáustico ao se referir a uma *dignidade quase religiosa*: “O crescimento e a inovação técnica são investidos de uma dignidade quase religiosa, são ídolos não questionados que os economistas, os sumos sacerdotes da modernidade, querem ver adorados pelo público. A política coloca-se inteiramente à disposição da ideia sedutora do crescimento. Dela espera-se a solução de todos os problemas: do desemprego na Europa e das dificuldades orçamentárias dos políticos municipais até a pobreza do Terceiro Mundo e a realização dos 'Objetivos do Milênio' decididos em 2000.” (ALTVATER, 2010. p. 31).

²⁰ (ANTUNES, 2007).

desse trabalho podem ou devem ser observados para argumentar em favor ou não dessa presença.

De fato, essencialmente, não há tantos elementos em questão – o que não significa que a tarefa seja simples. Uma produção produz algo, de um determinado modo, em certa quantidade e com um objetivo definido, seu *finis*. Ademais, a essa produção, e ao ato mesmo de produzir de modo mais geral, será atribuída uma importância, uma valorização social. Cada um dos fatores é peculiaridade de uma determinada sociedade e época e, ao que parece, é a partir do campo de interseção dos mesmos que a pergunta sobre o produtivismo pode ser estabelecida.

O *que*, prioritariamente, se produz está relacionado com aquilo que determinada sociedade concebe como expressão mais emblemática de sua riqueza. A questão sobre o *como* se produz não abarca tão somente o aparato técnico utilizado – que, no caso do modo de produção capitalista, complexifica-se com o conluio entre ciência e técnica – mas, também, os desdobramentos e implicações desse tipo de produção em relação o trabalhador mais diretamente envolvido no mister propriamente dito da produção e ao suporte de recursos a partir do qual produz, ou seja, a pergunta abarca também o modo como esse ato produtivo afeta esse “produtor” e o seu meio. O *modo* de produzir - que depende diretamente do desenvolvimento técnico - e, por outro lado, a quantidade de recursos disponíveis, definem os limites extremos da produção em termos de quantidade. Fora dessa margem limite, essa quantidade varia muito a depender dos motivos que orientam essa produção, daquilo que se estabelece como objetivo da mesma, o seu, por assim dizer, *para quê*. O que se produz como e em que quantidade depende ainda do significado, em termos de relevância, que a sociedade confere a esse objetivo ao qual a produção está, em última instância, subordinada. Se esse conjunto de fatores configura um modo de produzir que, por ventura, ameaça outras dimensões de uma sociedade – por exemplo, sua fonte de recursos –, a decisão de aumentar ou diminuir a produção, de seguir ou não uma determinada diretriz produtiva, será reflexo do lugar que esse objetivo ocupa numa hierarquia estabelecida socialmente. As consequências mais extremas podem figurar no horizonte das possibilidades dessa escolha. Anselm Jappe nos aponta algumas delas:

Mas há pelo menos dois factores que permitem acreditar que o capitalismo plenamente desenvolvido se distingue realmente de todas as sociedades que se sucederam umas às outras depois da “revolução neolítica”: diferentemente do que sucedera com os fetichismos anteriores, o fetichismo da mercadoria conduz actualmente a humanidade para uma situação em que as próprias exigências de sobrevivência a obrigarão a desembaraçar-se do fetichismo e a encontrar formas menos ruinosas de mediação social. Nenhuma das precedentes formas de fetichismo havia ameaçado a própria existência do género humano. (...) Mas toda a gente admite que, durante os dois séculos de capitalismo industrial, e sobretudo nas últimas décadas, o crescimento dos poderes humanos e as transformações na natureza e na sociedade foram superiores a tudo o que nesse plano aconteceu ao longo dos milênios precedentes, desde a revolução neolítica. Atingiram-se patamares absolutamente novos, um dos quais é a possibilidade de aniquilamento de todo o planeta. (JAPPE, 2013. p. 221-222).

Priorizar a dimensão económica e produtiva, a produção e o seu crescimento, ainda que em detrimento de outros aspectos – que, ademais, podem mesmo se confirmar como algo muito mais vital –, configura uma das características próprias do produtivismo. O tripé formado pelo modo, a definição do quanto e de o quê produzir, característico de determinado modelo produtivo, pode, por vezes, trilhar caminhos que entram em franca rota de colisão com a possibilidade de continuidade, a longo prazo, de uma sociedade, sua própria perpetuação. E não é, senão essa, a advertência de Jappe na passagem anteriormente citada? Mesmo com o alicerce de um *para quê* concedendo-lhe sentido, sem o contributo de um constructo ideológico preconizando em seu favor, um tal sistema produtivo seria injustificável. Uma demasiada valorização da esfera produtiva, mais ainda, do crescimento produtivo, posicionado acima de qualquer “*apesar de*”, como se imbuído de valor intrínseco e inestimável, configura esse constructo, delinea o que se pode chamar uma mentalidade produtivista.

Muitas críticas defendidas por autores vinculados ao ambientalismo e, por isso mesmo, motivadas por uma preocupação ecológica, são dirigidas a Marx, e sobretudo, a nomes ligados à tradição marxista, é o caso desse comentário de Joan Martínez Alíer:

Os marxistas analisam os conflitos entre as classes sociais, ignorando ou descuidando dos aspectos ambientais. Isso é um erro. Engels repudiou a tentativa de Podolinsky em 1880 de introduzir no interior da economia marxista o estudo dos fluxos de energia. Ainda que Marx tenha adotado a noção de “metabo-lismo” (*Stoffwechsel*) para descrever a circulação de mercadorias, assim como as relações humanas com a natureza, os

marxistas não empreenderam o estudo da ecologia humana nos termos dos fluxos de matéria e de energia. Kautsky poderia ter discutido detalhadamente a utilização da energia na agricultura, mas não o fez. Rosa Luxemburgo, que observava as relações entre o mundo industrial e o Terceiro Mundo de modo similar a este livro, não realizou uma análise dos fluxos de matéria e energia. No final das contas, eram economistas, ainda que economistas marxistas.” (ALIER, 2007. p. 59).

A intenção aqui não é ponderar essas ou ainda outras críticas, mas demarcar a discordância com o fato de que, por extensão, não raro, o pensamento do grande mentor dessa tradição é sumariamente rechaçado – quando não é, dizendo de modo mais preciso, simplesmente ignorado – em função de críticas com tal viés. Marx deu margem para certas interpretações de sua obra, como reconhece Mauro Castelo Branco de Moura: “Talvez inebriado pelo apelo ao rigor, que sempre acompanha um modelo teórico pejado de automaticidade, Marx termina por subsidiar interpretações economicistas e produtivistas de sua obra.”²¹ E, recolhendo passagens esparsas, principalmente se desligadas do contexto maior da obra em que estão inseridas, talvez não seja tão difícil argumentar em favor de um Marx produtivista. É certo que, nesse caso, ou mesmo na defesa incontestada do contrário, o expediente de Procusto seja mesmo indispensável. A seguinte citação de Daniel Bensaid sublinha o porquê:

Que façam dele o responsável pelo produtivismo burocrático e suas catástrofes ou se pretenda torná-lo um partidário incontestado dos verdes, sempre se encontrarão em Marx trechos suscetíveis de alimentar um e outro discurso. Dos escritos da juventude às *Notas sobre Adolph Wagner*, sua obra não é certamente homogênea. Mas, em termos da época presente, caminhos há muito obstruídos pelo pesado edifício das vulgarizações didáticas começam novamente a se abrir. (BENSAID, 1999. p. 443).

Tal empresa, além do mais, arrisca redundar num maniqueísmo certamente limitante. Críticas embasadas em conclusões açodadas, por vezes, concorrem para o rechaço irrefletido do pensamento de Marx nesse sentido. Por essas, muitos são levados a negligenciar uma obra que tanto tem a acrescentar na hodierna contenda ecológica. A proposta aqui é seguir direção distinta desse possível reducionismo e argumentar em favor da pertinência e relevância de algumas das análises efetivadas por Marx, sobretudo na sua principal obra *O Capital*, nesse debate em torno do

²¹ (MOURA, 1999. p. 38).

produtivismo e suas implicações ambientais. Sem que haja a pretensão de arquitetar qualquer libelo acusatório ou defesa inelutável de Marx nesse âmbito, nada impede, sem embargo, que uma certa forma de responder a essa controvérsia, perpassse o caminho.

Em *O Capital* Marx analisa – e sua análise é eminentemente crítica – um sistema de produção. As perguntas sobre o que se produz, com que técnicas e a que tipo de interesse prevalecente essa produção atende, estão ali de algum modo contempladas. As categorias esquadrihadas e as abordagens desenvolvidas por ele em sua obra magna podem representar grande contribuição, em relação à discussão em torno do tema aqui focado. A riqueza expressa em mercadorias e seu fetiche, o trabalho, a mais valia, o emprego crescente da maquinaria, o martirólogo do trabalhador nas fábricas são pontos de indubitável pertinência a esse respeito. A escolha de *O Capital* não é casual.

O Capital não é uma obra dedicada tão somente a aspectos teóricos. Nada mais apropriado, o produtivismo, como já mencionado, redundando em questões e condutas factuais. E sua abrangência sobressai ainda em outro sentido:

Todos os regimes modernos foram produtivistas: repúblicas, ditaduras, sistemas totalitários, fossem seus governos de direita ou de esquerda, liberais, socialistas, populistas, social-liberais, socialdemocratas, centristas, radicais, comunistas. Todos propuseram o crescimento econômico como uma pedra angular inquestionável de seu sistema. (LATOUCHE, 2009, p. 40).

Elmar Altvater comenta em termos mais atuais a questão e vale o reforço.

O aumento da produtividade é um *must* que deve ser adotado por todos os países (ou todas as localizações) por motivo de competitividade. Na economia mundial contemporânea, regulada pela OMC e Bretton Woods, pela OCDE e pela EU, nem é possível ignorar essa orientação e não acompanhar a 'corrida dos endemoninhados' [Paul Krugman]. (ALTVATER, 2010. p. 236).

Iria longe uma tentativa de lastrear assertiva dessa amplitude, mas também não seria fácil negar essa “onipresença”. Nem uma coisa nem outra, sublinhar essa amplitude é o bastante aqui para insistir no caráter momentoso do tema. *Spirit du temps*, é considerado por alguns como um dos traços fundamentais do sistema de produção capitalista:

A construção da escassez, fundada em um consumo fictício ilimitado, tem como contrapartida a geração de *eunucos sociais*: aqueles que não podem desfrutar de um banquete, o qual é muito superior à capacidade de consumo efetiva dos comensais, que, porém, serve para legitimar o produtivismo exacerbado, figura inerente ao processo de valorização, motor do processo de reprodução social sob a égide do capital.” (MOURA, 2004, p. 187).²²

O produtivismo é hoje mentalidade disseminada em vasto horizonte. Mas, curiosamente, fora do âmbito mais específico da produção, o termo foi adotado para nomear uma corrente artística de vanguarda na União Soviética dos anos 20. Mais do que uma digressão por motivo de um fato pitoresco, uma breve mirada em tal movimento nos revela certa nuance pela qual passou o vocábulo, algo interessante nesse exercício que busca, entre outros, cercar possíveis sentidos da palavra.

Uma revolução possivelmente terá, entre os corolários de suas transformações, um rastro de instabilidade e convulsão social e política suficientes para delinear o espectro do caos. A de 17 na Rússia contou entre seus escombros de guerra, além dos conflitos internos e externos, uma indústria já defasada, quadro agravado ainda pelo contexto de então, e uma economia ameaçando ir a pique – seria difícil para o novo Estado assegurar até mesmo o mero fornecimento do indispensável à sobrevivência diária da população se tal ameaça se consumasse. É esse cenário de risco iminente que legitima as medidas tomadas por Lenin, como a implantação da Nova Política Econômica (NEP) em 1921. Modernizar a economia era a palavra de ordem. É esse contexto de indispensável inovação dos meios de produção que enseja um movimento artístico *sui generis*. Derivado do construtivismo soviético como um desdobramento crítico e uma radicalização dos seus aspectos utilitaristas, o movimento artístico conhecido como *arte produtivista* ocasionou, entre artistas e críticos de arte soviéticos, um polêmico questionamento sobre o papel social não só do artista como também o da própria arte nos anos iniciais da década de 20. A figura do “artista construtor”, atuando diretamente nas fábricas, contribuindo

²² O exemplo não é isolado: “Em princípio, a economia capitalista é uma geoeconomia, e seus atores procuram transpor todas as fronteiras. Não se trata aqui apenas de fronteiras no tempo. Tudo é feito para aproximar o tempo mediante a aceleração ao índice limítrofe zero, pois só mediante a aceleração de todos os processos é possível aumentar a produtividade: mais produtos na mesma unidade de tempo ou o mesmo conjunto de produtos em menos tempo (de trabalho), num tempo (de trabalho) mais comprimido.” (ALTVATER, op. cit. p. 100).

na sofisticação dos meios de produção; uma visão da arte como atividade produtiva, ideias que, a princípio, iam ao encontro de um dos aspectos da nova política econômica - a determinação voltada para o aumento de produtividade -, o que, de algum modo, esclarece o termo escolhido para designar tal movimento. O batismo é atribuído ao russo Nikolay Tarabukin, teórico da arte, nome fundamental nos debates sobre a arte produtivista e construtivista. Ele usa o vocábulo como complemento para nomear aquela nova concepção de arte:

Quais seriam então as novas formas de arte, que, sucedendo 'à morte da arte de cavalete', 'vêm se abrir', como diz, 'diante de si horizonte de uma amplitude excepcional'? Tarabukin designa-as pelo termo russo *mastersvo*, junto com o produtivismo. O tradutor inglês opta por '*production skill*', algo como 'habilidade de produzir', enquanto que o francês traduz a mesma noção por '*maîtrise productiviste*', algo como 'maestria, soberania, domínio produtor ou potência produtivista'... (MARTINS, p. 68).²³

Pode causar surpresa hoje a reivindicação – talvez o exemplo seja único – espontânea de tal título. O termo agora normalmente é usado como peça de acusação, como crítica, nunca de modo favorável e isso condiz com o sentido pejorativo que adquiriu ao longo do tempo. A escolha do vocábulo como emblema de um movimento artístico é indicativo da gradação semântica que a palavra passou até se tornar, por assim dizer, uma pecha. E por que chegou a tanto? A pergunta reporta-se aos fatores históricos que motivaram essa modificação.

Se a vanguarda artística dos anos 20 representou um movimento confluyente em relação à política econômica soviética do período e popularizou o termo produtivismo, posteriormente, é também outro movimento de vanguarda que virá catalisar a crítica ao produtivismo, termo que então já é utilizado com conotação predominantemente pejorativa – a reação ambientalista é responsável precípua pelo reforço desse novo matiz. Justifica essa crítica o fato de muitos identificarem o modo de produção orientado por essa mentalidade como a raiz da profunda crise ecológica atual, ao menos um exemplo:

²³ MARTINS, Luiz. *O debate entre construtivismo e produtivismo, segundo Nikolay Tarabukin*. In: <http://www.cap.eca.usp.br/ars2/debate.pdf> p. 68. Acesso em: 14/07/2014. (Luiz Martins é professor do Departamento de Artes Plásticas da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.)

A origem desta crise ecológica é sem dúvida o modo de desenvolvimento industrial conduzido sem outro critério de julgamento que não seja a rentabilidade máxima do capital investido, mas cuja legitimidade era assegurada pela ideologia segundo a qual o crescimento da produção e do consumo era sinônimo de melhoria do bem-estar de que todos os habitantes do planeta beneficiariam a mais ou menos longo prazo. (HARRIBEY, 2001, p. 1).

Pode-se sublinhar a partir dessa passagem a duplicidade do modo de manifestação do produtivismo. Ele serve, a um só tempo, para designar tanto esse “modo de desenvolvimento industrial” – um modo, bem denominando, produtivista de desenvolvimento -, quanto a ideologia que o legitima e preconiza. Aqui, portanto, mais uma faceta de suas ambivalências.

O produtivismo, concordemos ou não com a assertiva de Serge Latouche quanto à sua onipresença nas economias modernas, seja onde for que sua lógica esteja atuando, redundando numa dupla rota de esgotamento, de um lado a natureza, do outro o próprio homem – personificado aí de modo emblemático na figura do operário –, tanto um quanto o outro associados às duas fontes originárias de riqueza, conforme Marx. Esses são os dois pontos basilares sobre os quais incide fundamentalmente a crítica dos que propõem o rechaço das práticas correlacionadas ao vocábulo. Ambos os pontos de crítica estão inscritos no horizonte do que se costuma chamar ecologia, seja ela a ecologia de um modo geral ou em algumas de suas especificações – ecologias política e humana.²⁴ Concernente à ecologia humana, pode-se dizer que toda a tradição de crítica da exploração do ser humano no trabalho – destaque aqui para Marx -, e também crítica do processo de “racionalização” dessa atividade, compartilha, ao menos em parte, de seus interesses, principalmente se se reconhece, como o faz Roberto Romano, que “Do esfacelamento descrito em *O Capital*, do início das tecnologias

²⁴ O livro *Limites do crescimento* figura como um marco na história da crítica ecológica. Conhecido como relatório Meadows, foi um estudo pioneiro promovido pelo Clube de Roma em finais dos anos 1960 e realizado por cientistas do *Massachusetts Institute of Technology* (MIT). Suas análises prospectivas alertavam para as possíveis consequências do crescimento da população e da economia. Não esteve isento de críticas, mas, entre seus méritos está o de ter inserido o debate ecológico no rol das discussões do campo científico e técnico. A questão ecológica e o ecologismo começam assim a ganhar um outro status e, paralelamente, estudos mais aprofundados com suas consequentes ramificações.

produtivas aos atuais projetos de 'qualidade total', ocorreu somente um refinamento do pesadelo e do medo.” (ROMANO, 2004, p. 16).²⁵

Nuances e certas sutilezas relativas ao termo formaram o essencial até aqui. Também, a questão da abrangência e seus corolários. O raio de influência do produtivismo hoje é notável. Mais ainda pelo fato de ser fenômeno relativamente recente. Outras sociedades não foram tão somente distintas nesse sentido, mas também, conforme o antropólogo Pierre Clastres (1974 a e b; 1976), deliberadamente infensas a uma lógica produtiva ostensiva como a que caracteriza essa postura - algumas, de certa forma, intentaram esconjurar a possível emergência de tal mentalidade. Sublinhar os traços fundamentais do contraste entre essas possibilidades pode desvelar muito sobre os fatores que possibilitaram o desenvolvimento da hegemonia produtivista. O interesse no diferencial representado por outros modelos sociais, tornar-se-á evidente em algumas passagens do presente trabalho. Por hora, é fundamental o seguinte destaque, é no sistema de produção capitalista, no mundo da produção de mercadorias, onde a ideologia produtivista ganha viço e alcança apogeu. E é esse mesmo o mundo que Marx propõe descortinar até seus aspectos mais recônditos. Voltemos a atenção, pois, às suas análises.

2.2 Mercadoria

Levei muito tempo para me convencer – mas acho impossível recusar essa conclusão – que, aos olhos de Marx, a fonte de todos os males da humanidade está na forma-mercadoria mais radicalmente que na propriedade privada, que é apenas, ao que parece, a condição social de existência da forma-mercadoria. (Raymond Aron)²⁶

Não há riqueza a não ser a vida. (John Ruskin)

²⁵ Pesadelo..., se é este o caso, cumpre notar que ele impregna sobretudo as horas despertas: “É o homem inteiro que é condicionado ao comportamento produtivo pela organização do trabalho, e fora da fábrica, ele conserva a mesma pele e a mesma cabeça.” (DEJOURS, 1992. p. 46). O que remete à lembrança dos versos do cantor Marcelo Nova: “Sempre acorda angustiado/ E apressado você vai pra rua/ Mas mesmo assim acordado/ O pesadelo continua.” (Só o fim – Marcelo Nova).

²⁶ (ARON, 2003, p. 578).

Marx inicia *O Capital* problematizando a noção de riqueza própria do sistema de produção capitalista, tomando como base a forma elementar desta riqueza a mercadoria, a partir da qual se desdobram outras formas características desse modo de produção. Por meio da análise do desencadeamento dessas formas, revela-se a dinâmica processual desse modo de produção. Desse descortino transparece um sistema estruturalmente produtivista, é o que se procura evidenciar seguindo os próprios passos da investigação de Marx.

Nem pauta de reivindicações, nem cartazes. Alguma palavra de ordem? Improvável. Distantes daqueles do maio de 68, os jovens que saquearam as lojas no Reino Unido em 2011, numa das muitas vertentes dos protestos e manifestações populares motivados pelo agravamento da crise financeira, não pleiteavam objetivos políticos definidos, manifestaram uma reação violenta sem uma aparente intencionalidade política.

Uma reação brutal a uma contradição vivenciada por consumidores incapazes de concretizar de forma apropriada – indo às compras – um desejo de consumo. Se por um lado são, como todos, estimulados diuturnamente ao consumo, não obstante, são aliados da possibilidade concreta de efetivá-lo, uma vez que não possuem condições econômicas para tanto. Enquanto a informação do apelo ao consumo é franqueada a todos e a circulação das mercadorias é recomendada, o mesmo não acontece em relação ao poder real de compra, gerando assim consumidores que não possuem as “senhas”, verdadeiros *eunucos sociais* – a expressão é de Moura:

[...] *eunucos sociais*: aqueles que não podem desfrutar de um banquete, o qual é muito superior à capacidade de consumo dos comensais, que, porém, serve para legitimar o produtivismo exacerbado, figura inerente ao processo de valorização, motor do processo de reprodução social sob a égide do capital. (2004, p. 187).

Eunucos sociais, e eventualmente, para realizar desejo tão acalentado, recorrem a atitudes radicais como as ocorridas em tal episódio.

As restrições não se limitam ao poder de compra. Ao que pese a preconizada livre movimentação das mercadorias e do capital, a das pessoas, pelo contrário, é ostensivamente proibida, como mais uma vez sublinha Moura:

[...] seria conveniente recordar que a atualidade do projeto de crítica da economia política também se corrobora pela constatação de que a apologia do *laissez-passer*, tão alardeada, diuturnamente, na trilha da hipóstase dos objetos práticos estranhados, parece cinicamente restringir-se ao movimento da tríade fetichóide, não se estendendo ao domínio das migrações humanas, ferrenhamente controlados pelos Estados nacionais. Advoga-se, paradoxalmente, a plena substantivação da vida social dos objetos práticos e a manutenção do controle ao movimento das pessoas! E o mais curioso nesse apanágio do mercado é a naturalidade consensual, dir-se-ia 'lógica' que o acoberta. (2004, p. 29-30).

Combinação contraditória que pode vir a ser muito mais ameaçadora do que os mencionados eventos de Londres, como adverte Porto-Gonçalves e Haesbaert:

Num alegado mundo 'sem fronteiras', [...] a liberdade de fluidez para o capital e a informação não são acompanhadas pela liberdade de deslocamento para as pessoas, especialmente a massa crescente de despossuídos, sem dúvida o 'perigo' mais sério na nova des-ordem mundial. (2006, p. 49).²⁷

Desejo de consumo. Nem tanto as necessidades *do estômago*, muito mais as da *fantasia*. Produtos de marca, *gadgets* tecnológicos, roupas da moda. Não buscavam eles artigos de necessidades básicas, não eram indigentes. Expuseram-se a uma situação de risco evidente para obter, a qualquer "preço", as mercadorias. Esse fascínio exercido por elas não tem nada de casual, não é fenômeno recente nem passageiro. A mercadoria tem um *caráter misterioso*²⁸ e esse poder encantatório está inscrito nessa sua faceta enigmática. A análise dessa forma é um dos pontos fundamentais que ocupam a atenção de Marx no Livro I de *O Capital*, mas antes de enveredar por seus mistérios, ele inicia o livro com a noção de riqueza, escolha nada fortuita.

²⁷ Tal como à das pessoas, são impostas proibições legais em relação à circulação das tecnologias e certas informações. Note-se que, a polêmica em torno da prisão de Julian Assange, fundador do WikiLeaks, embora talvez seja o episódio recente mais conhecido associado à essa questão da divulgação de "informações", não foi único. O suicídio do jovem Aaron Swartz, ativista colaborador na formação de sites como o *Creative Commons*, que respondia a um processo criminal que poderia resultar em uma pena de 30 anos de prisão pela acusação de ter feito *download* ilegal de documentos científicos e literários, é um exemplo mais trágico.

²⁸ (MARX, 2011a, p. 93.).

Declarada a nova divisa, transformar e não simplesmente interpretar o mundo, está evidente, as abordagens ali miram também contribuir para a superação de um modelo, cumpre, portanto, salientar seu caráter histórico, sua transitoriedade, denegando sua aura de destino natural inelutável. A sociedade não é “*um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação*”²⁹, cumpre efetivar essa mudança. É com satisfação que Engels noticia o sucesso da obra entre a classe trabalhadora:

O *Capital*, no Continente Europeu, é chamado de “Bíblia da classe operária”. Ninguém que esteja a par do movimento operário negará que as conclusões sustentadas nesta obra se tornam, cada dia mais, os princípios fundamentais do movimento da classe trabalhadora, na Alemanha, na Suíça, na França, na Holanda, na Bélgica, na América e mesmo na Itália e Espanha; que por toda a parte, que a classe trabalhadora vê nelas, cada vez mais, a expressão mais adequada da sua situação e dos seus anseios. (2011a, p. 41-42).

O modo como a riqueza se apresenta nas sociedades capitalistas é *um modo*, apenas, é testemunho de seu caráter histórico. Foi bastante variada a forma eleita como representação precípua de riqueza em distintas sociedades, cada qual priorizando, por motivos socialmente relevantes, uma ou outra forma de expressão lapidar deliberada então como representação dessa riqueza. Numa sociedade regida pela lógica da dívida, um exemplo fundamental de expressão de riqueza pode ser identificado nos ativos sociais – representados pelas dívidas prestadas e que devem ser a seu tempo retribuídas – logrados por intermédio da rede de liames de reciprocidade, rede que, por isso mesmo, é insígnia de riqueza e, portanto, deve ser expandida. O *Capital* – não por acaso título da obra – é objeto de análise central no livro de Marx, e a forma capital da riqueza é o principal interesse motivador da produção na sociedade burguesa, sua forma *par excellence* de riqueza. Para chegar a essa forma, é mister, analisar a *forma elementar* da riqueza das sociedades regidas pela produção capitalista, a saber, a mercadoria, *célula econômica* basilar. “A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria.”³⁰ Esta se

²⁹ (IBID., p. 18).

³⁰ (MARX, 2011a, p. 16).

desdobra, nas outras duas categorias centrais nesse modo de produção, o dinheiro e o capital.

Um objeto para constituir-se enquanto forma mercadoria precisa atender certos requisitos. Antes de mais nada, é indispensável que tenha uma utilidade para o ser humano – essa utilidade tem caráter aberto, pode ser do estômago ou da fantasia. Deve ter, portanto, um valor-de-uso. “A utilidade de uma coisa faz dela um valor-de-uso.”³¹ Além disso, deve ser produzido pelo trabalho humano necessariamente para outrem, a quem será transferido, do mesmo modo necessário, por meio de troca. Não basta que seja algo útil, muitas coisas úteis não são mercadorias, aquilo que não é produzido pelo trabalho humano, ainda que seja útil, não configura uma mercadoria – o ar é útil, nem por isso é uma mercadoria. Nem tampouco é condição suficiente o fato de ser produzida pelo homem, é indispensável que seja produzida não para consumo próprio e que, além disso, chegue até às mãos de seu potencial consumidor final através de troca. Algo intencionalmente produzido para presentear alguém, por exemplo, não configura uma mercadoria. Observada individualmente, ela se apresenta de modo simples. Já não se pode dizer o mesmo quando de sua confrontação com outras mercadorias na efetivação das trocas, é aí que se manifesta sua outra faceta, seu valor de troca. A princípio, esse valor de troca mostra-se quando quantidades de valores de uso de espécies diferentes são comparadas, o que aparentemente lhe confere mera qualidade relativa e não algo que é próprio da mercadoria.

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor-de-troca parece algo casual e puramente relativo, e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. (MARX, 2011a, p. 58).

Acontece que, na prática, qualquer mercadoria pode ser trocada por outras e em qualquer proporção que relacione valores equiparáveis. Um livro pode ser trocado por dez cadernos, cinco agendas ou sete blocos de nota, mas se cada um desses exemplos relativos equivale a um livro, significa que eles podem também ser

³¹ (MARX, 2011a, p. 58).

relacionados entre si e têm valores de troca iguais, já que todos podem ser equiparáveis a um livro. Então, unidades distintas de uma mesma mercadoria representam uma quantidade idêntica de algo que se exprime através do valor de troca, mas que não se confunde exatamente com ele. Se posso trocar um livro por cinco agendas ou por dez cadernos, é possível trocar também cinco agendas por dez cadernos, isso revela que existe algo que é comum e da mesma grandeza entre esses três conjuntos de coisas, eles são iguais a uma outra coisa que, é distinta deles, permite essa confrontação e se manifesta por meio do valor de troca.

Este algo não se confunde com qualquer propriedade material dessas coisas, propriedade que lhes assegura sua utilidade, seus valores de uso. Na troca, o que está em jogo não é a utilidade de um objeto, um não é melhor do que outro se são iguais seus valores de troca. Enquanto valor de uso estes diferenciam-se qualitativamente, mas como valores de troca, é a quantidade que é mensurada, é o que importa e o que faz a diferença.

Essa coisa comum não pode ser uma propriedade das mercadorias, geométrica, física, química ou de qualquer outra natureza. As propriedades materiais só interessam pela utilidade que dão às mercadorias, por fazerem destas valorem-de-uso. Põem-se de lado os valorem-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. É o que evidentemente caracteriza essa relação. Nela, um valor-de-uso vale tanto quanto outro, quando está presente na proporção adequada. (MARX, 2011a, p. 59).

Se o valor de uso, nesse sentido, é indiferente aqui, que propriedade ainda guarda essa mercadoria que possibilita sua comparação com outras? Foram produzidas não para consumo próprio, estão no seu instante crucial – a troca, quando inicia sua existência esquizoide e surgem figuras nada triviais – são úteis, mas nesse momento isso não é o que importa, sendo assim, das características anteriormente listadas, resta o fato de serem fruto do trabalho.

Só que, se nesse instante já não conta o valor de uso do objeto, já não importam as propriedades materiais que lhes asseguram sua utilidade, não conta também o trabalho específico do qual se originou. Se já não interessa se é agenda ou qualquer outra coisa, também não é o trabalho concreto do produtor de agendas ou de qualquer outro trabalhador específico – o trabalho útil – que está em questão, nem tampouco as condições reais dessa produção. Esse trabalho concreto e

diferenciado foi então metamorfoseado em uma generalidade, uma *massa pura e simples do trabalho humano em geral*. A diversidade dos trabalhos reduzida a uma unidade genérica, um *dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi dispendida*³². É o que Marx chama trabalho humano abstrato.

Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho. Mas, então, o produto do trabalho já terá passado por uma transmutação. Pondo de lado seu valor-de-uso, abstraímos, também, das formas e elementos materiais que fazem dele um valor-de-uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fazendeiro ou de qualquer outra forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 2011a, p. 60).

Na efetivação das trocas, a especificidade do trabalho é abstraída, não são observadas suas qualidades, ele só pode ser avaliado em termos de quantidade, especificamente, quantidade de tempo de trabalho consumido na produção de um objeto útil, e é o tempo de trabalho abstrato corporificado em uma mercadoria, que é levado em consideração no momento de sua confrontação com outras, é aí que reside seu *valor* – no fato de ela configurar a materialização de certa quantidade de trabalho abstrato –, valor que se expressa por meio do seu valor de troca.

Por sua vez, a medida apropriada para aferir a magnitude de trabalho contida numa mercadoria – o tempo –, tal qual este trabalho que ela mede, só pode ser um tempo, de certo modo também abstrato, um tempo médio de trabalho normalmente necessário, em determinada sociedade, para o feitura de um determinado valor de uso numa intensidade produtiva e num grau de destreza também médios, e que não se atem ao tempo gasto para produzir uma mercadoria em um caso específico, nesse ou naquele local de produção individualmente considerado, o que tornaria a tarefa inexecutável por conta da diversidade de condições de produção existente entre diferentes produtores. Cada unidade de mercadoria, portanto, representa um *exemplar médio de sua espécie*³³. Mercadorias do mesmo tipo tem o mesmo valor,

³² (MARX, 2011a, p. 60).

³³ (IBID., p. 61).

uma vez que podem ser produzidas numa mesma quantidade de tempo de trabalho. Dito de outro modo, materializam uma mesma quantidade de trabalho médio. O tempo de trabalho médio é diretamente influenciado pelas mudanças na produtividade e esta depende de diversos fatores como, entre outros, o desenvolvimento e emprego de novas tecnologias, o nível de racionalização social do trabalho e as condições ambientais encontradas em certo *locus* de produção. Uma maior produtividade, um menor tempo gasto para produzir determinada coisa, logo, será menor o valor da coisa produzida.

Generalizando: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, tanto menor seu valor. Inversamente, quanto menor a produtividade do trabalho, tanto maior o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e tanto maior seu valor. (MARX, 2011a, p. 62).

Um acréscimo de produtividade, embora aumente a riqueza material, na medida em que cria uma maior quantidade de valor de uso corporificado nas mercadorias, reduz o valor do conjunto geral daquilo que foi produzido nesse ganho de produtividade, pois ele diminui o tempo de trabalho dispendido nessa produção.

Uma mercadoria só pode ter seu valor expresso em relação à outra mercadoria. Dizer que duas agendas têm valor igual a duas agendas é tautológico. A forma relativa do valor de um produto já supõe que outro produto lhe seja confrontado, servindo assim de equivalente para traduzir a magnitude de seu valor, a forma equivalente de valor. Na formulação, duas agendas têm o mesmo valor que um livro, o livro serve de referência para espelhar o valor de duas agendas, ele é o equivalente, enquanto que duas agendas neste caso é a forma relativa de valor.

Paulatinamente, certa mercadoria termina por ser eleita socialmente como equivalente geral, usada assim para expressar o valor de todas as outras. Qualquer mercadoria nesse estágio pode ser relacionada, como valores, com qualquer outra, uma vez que todas, para exprimir o seu valor, referem-se à mesma mercadoria como sua forma equivalente de valor. Uma vez que todas são equiparadas a uma mesma mercadoria, todas são qualitativamente iguais, enquanto valores, e podem ser quantitativamente comparadas como *quantum* de valor. Só na condição dessa

referencialidade completa, o valor da mercadoria possui caráter geral, para tanto, precisa ser referendada pela prática social.

O valor de uma mercadoria só adquire expressão geral porque todas as outras mercadorias exprimem seu valor através do mesmo equivalente, e toda nova espécie de mercadoria tem de fazer o mesmo. Evidencia-se, desse modo, que a realidade do valor das mercadorias só pode ser expressa pela totalidade de suas relações sociais, pois essa realidade nada mais é que a “existência social” delas, tendo a forma do valor, portanto, de possuir validade social reconhecida. (MARX, 2011a, p. 88).

O que está dissimulado, no entanto, nas *relações sociais* entre as coisas é a relação entre os trabalhos individuais específicos dos produtores que dotam de valor essas coisas, o trabalho social total. Esse valor, pelo qual as mercadorias são mensuradas, apresenta-se como se fosse propriedade natural das mesmas, uma relação social entre os homens é transfigurada numa relação entre coisas, entre os frutos do trabalho. Marx sintetiza assim o mistério fetichista da mercadoria:

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 2011a, 94).

O que Marx está descortinando é um processo corriqueiro que se reitera cotidianamente nas sociedades produtoras de mercadorias sem que, por isso, desperte nenhum estranhamento entre seus partícipes que fazem isso sem o saber.

Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto sem o saber. O valor não traz escrito na frente o que ele é. Longe disso, o valor transforma cada produto do trabalho num hieróglifo social. (MARX, 2011a, p.95-96).

Algo concreto, de materialidade sensorialmente apreensível – valor de uso –, dá lugar a uma forma abstrata, um atributo extra-sensorial impalpável, mas que, não obstante, se impõe efetivamente – valor; trabalhos específicos, qualitativamente diferenciados, são igualados numa massa homogênea de trabalho abstrato; uma relação social entre homens, é escamoteada e toma forma de uma relação entre coisas. E se as coisas parecem portar um valor inerente, se são, nesse sentido, autônomas, autonomiza-se também o seu sistema de produção, que passa a reger o homem ao invés do contrário. Assevera Marx, comentando sobre as antinomias características desse processo:

Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. (MARX, 2011a, p. 102).

Num tal contexto de inversão entre homem e processo produtivo, onde o primeiro encontra-se subalternizado pelo segundo, ganha sentido produzir, e fomentar o aumento dessa produção, ainda que isto represente ameaça para as próprias fontes de riqueza, homem e natureza. Essa disposição às avessas cria o campo de possibilidade para a emergência do produtivismo. Uma socialidade subordinada a uma lógica produtiva é um arranjo social que representa a antípoda de uma *organização produtiva socialmente planejada* por uma *sociedade de homens livres que “empregam suas múltiplas forças individuais de trabalho, conscientemente, como força de trabalho social.”*³⁴ Tais *homens livres*, por sua vez, estão muito distantes desse que mais parece um lacaio, peça de uma engrenagem que o domina sem que disso tenha consciência. Um mecanismo produtivo que não é socialmente regido exime-se de orientar essa produção no sentido de responder às injunções e necessidades sociais evidenciadas no contexto do qual faz parte. Uma tal configuração é, por assim dizer, uma das novidades do modo de produção capitalista conforme Ricardo Antunes:

Tendo sido o primeiro *modo de produção* a criar uma lógica que não leva em conta como prioridade as reais necessidades sociais, e que também por isso diferenciou-se radicalmente de todos os sistemas de controle do metabolismo social precedentes (que prioritariamente produziam visando suprir as necessidades de auto-reprodução *humana*), o capital instaurou um

³⁴ (MARX, 2011a, p. 100).

sistema voltado para a sua autovalorização, *que independe das reais necessidades auto-reprodutivas da humanidade*. (ANTUNES, 2000, p. 180).

Isso diz algo, diz muito, sobre aqueles comensais deficientes mencionados aqui mais cedo, excluídos de um banquete já ele mesmo descomedido, diz algo sobre o fato de sua existência. Não estando a produção sujeitada às *reais necessidades sociais*, pode-se propugnar um crescimento incessante do bolo sem a contrapartida de seu fatiamento, e há quem diga que a massa dos *consumidores deficientes*, dos *eunucos sociais* aumentou a despeito do crescimento da massa do bolo, ou talvez por isso mesmo, diria, uma vez que as contradições desse sistema não cessam de tomar-nos de *assalto* – e é bem vinda a ambiguidade deste último termo. Elmar Altvater é um dos que defendem a existência de um aumento do *exército dos pobres*:

Os limites do capitalismo evidenciam-se em todos os lugares. Apesar da riqueza imensamente crescente dos ricos do mundo, o exército dos pobres aumenta, contrariando os 'objetivos do milênio', fixados pelas organizações internacionais e pelos Estados na virada de 2000. (ALTVATER, 2010, p. 24).

Desigualdade confirmada por aquelas comparações, no mínimo espantosas, entre *mais ricos e mais pobres* do mundo fartamente mencionadas em relatórios, como, por exemplo, os do PNUD e que nem é preciso citar. Bom lembrar que tal quadro de desigualdade implica em sérios riscos sociais. Anselm Jappe também subscreve o fato dessa desigualdade e adverte sobre seus riscos:

O que nos ameaça não é tanto o grande Estado totalitário, como a anomia, a decomposição geral. A sociedade mercantil vai-se decompondo: por um lado, temos umas quantas ilhotas de bem-estar (muito relativo), rodeadas de arame farpado; do outro lado, está o resto do mundo afundando-se em diversos graus de guerras de bandos pela disputa do pouco que ainda possa ter 'valor'. A desintegração da Iugoslávia constituiu um aviso para os outros países atrasados que tinham acreditado que podiam participar no festim da sociedade mercantil. (JAPPE, 2003, p. 264).³⁵

³⁵ Pode-se mencionar, ainda, o recente e polêmico livro, homônimo ao de Marx, do economista francês Thomas Piketty que afirma o crescimento dessa desigualdade e faz uso de ampla base de análises estatísticas como argumento. Uns choram, outros vendem lenços. “As empresas de segurança fazem seus maiores negócios nas cidades onde o abismo entre ricos e pobres é maior – Joanesburgo, São Paulo, Nova Délhi -, vendendo portões de ferro, carros blindados e elaborados sistemas de alarme, e alugando exércitos de seguranças particulares. Os brasileiros, por exemplo, gastam 4,5 bilhões de dólares por ano em segurança particular, e os quatrocentos mil seguranças armados superam em número os policiais em uma proporção de quase 4 para 1.” (KLEIN, 2003, p. 20-21).

Nota-se nesse traço peculiar sublinhado no livro de Antunes, a diferença em relação a outros modos de produção. Diferenciação, como afirma Marx, que favorece o desvelamento dos enigmas do mundo regido pela produção mercantil.

Todo o mistério do mundo das mercadorias, todo o sortilégio e a magia que enevoam os produtos do trabalho, ao assumirem estes a forma de mercadorias, desaparecem assim que examinamos outras formas de produção. (MARX, 2011a, p. 98).

As distinções são muitas. Uma outra revela-se, também, das presentes análises de Marx. Enquanto outros modelos produtivos estão preocupados na produção de objetos de cuja necessidade evidencia-se no contexto social, produção então centrada no valor de uso dos produtos do trabalho, a abordagem de Marx mostra que, no *mundo da mercadoria*, o fulcro da produção é o *valor*, pois é ele que *vale* no momento de confrontação entre as coisas e essa constatação é ponto de partida para os que trocam, como sugere Marx na passagem seguinte, mas também deve ser para os que produzem, supondo que não sejam o mesmo:

O que, na prática, interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua; em que proporções, portanto, os produtos se trocam. Na medida em que o costume fixa essas proporções, parecem elas derivar da natureza dos produtos do trabalho [...]. (MARX, 2011a, p. 96).

É justamente a perspectiva do valor de uso – este que termina por ser obliterado na relação de troca das mercadorias quando passa a representar nada além do que um “*mal necessário*”³⁶, um suporte secundário em relação ao valor como foi visto – que serve de lastro para a crítica de Marx.

A análise da produção de valores de uso, *conditio sine qua non* do processo de reprodução social, é o caminho que permite a Marx fundamentar sua crítica, denunciando as incoerências imanentes ao discurso, que se funda na imediatidade da figura social capitalista. (MOURA, 2004, p. 158).

Mas então, não sendo socialmente regulado, nem orientado propriamente para a produção de valores de uso, e assim já está instaurada a margem de possibilidade de efetivação do produtivismo, o que motiva o sistema de produção

³⁶ “A transformação de trabalho abstrato em dinheiro é o único objetivo da sociedade mercantil; a produção de valores de uso, toda ela, mais não é do que um meio, um ‘mal necessário’, em vista de uma única finalidade: no termo da operação, dispor de uma soma de dinheiro maior do que aquela de que se dispunha no início. A satisfação das necessidades deixou de ser o objetivo da produção, tendo passado a ser um aspecto secundário.” (JAPPE, 2013, p. 61).

aqui em questão? Acompanhando a própria sequência de abordagens desenvolvidas por Marx, ao analisar as formas categoriais características do modo de produção capitalista em *O Capital*, é possível esmiuçar mais a fundo essa questão. A produção de mercadorias enseja outras formas econômicas e a análise destas contribui para o esclarecimento da lógica de funcionamento de um modelo de produção produtivista.

3 DINHEIRO E CAPITAL

Essas duas formas completam a tríade fetichóide. São desdobramentos da mercadoria. Investigando-as percebe-se os motivos subjacentes a uma lógica produtivista.

3.1 Dinheiro

O dinheiro é mais um desdobramento da forma mercadoria. “Assim, a forma mercadoria, isto é, a mercadoria equivalente da forma simples do valor, é o germe da forma dinheiro.”³⁷ Os dois polos da expressão do valor, forma relativa e forma equivalente do valor, podem configurar diferentes combinações. Por exemplo, uma mesma mercadoria ter seu valor expresso por meio de várias outras mercadorias, cada uma em certa quantidade que se iguale, em valor, ao da primeira, teria esta então, vários equivalentes. Uma situação inversa é quando um mesmo equivalente é usado como expressão do valor de todas as outras mercadorias. Assume essa mercadoria então, o papel de equivalente geral. Essa escolha, resultante de um processo paulatino, é socialmente sancionada e possibilita agora que todas as mercadorias, e o conjunto do trabalho social cristalizado nelas, relacionem-se entre si, todas as mercadorias revelam-se então, reciprocamente, como valores de troca.

As possíveis oposições entre a forma relativa e equivalente de valor, na verdade já estão latentes na confrontação mais básica entre duas mercadorias, onde determinada quantia de uma é igual a determinada quantidade de outra, x de A é igual a y de B.

A oposição entre ambos os polos, a forma de equivalente, progride à medida que se desenvolve a forma do valor. Já contém essa oposição a primeira forma, 20 metros de linho = 1 casaco, sem contudo, fixá-la. (MARX, 2011a, 89-90).

Por isso também, a “mais simples expressão de valor, como 20 metros de linho = 1 casaco, já requer a solução do enigma da forma equivalente.”³⁸ Em várias

³⁷ (MARX., 2011a, p. 92).

³⁸ (MARX, 2011a, p. 80).

passagens Marx sublinha o caráter seminal da mercadoria, a forma elementar, embrionária de uma série de contradições que dela se desdobram, e a forma mercadoria, assim como a forma valor, só se constitui a partir da relação de troca entre os produtos, portanto, essa importância se estende a essa equação mais simples que equipara o valor de duas mercadorias quaisquer.

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor-de-uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade 'objetiva', inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a forma simples de valor mercadoria é também a forma-mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da forma-mercadoria com o desenvolvimento da forma valor. (MARX, 2011a, p. 83).³⁹

A depender de como se ordene essa igualação de duas mercadorias, uma desempenhará o papel de valor relativo, outra de equivalente. Essa oposição se modifica até ao ponto em que uma mercadoria assume *a forma de permutabilidade direta com todas as mercadorias*. Esse caráter de permutabilidade geral pode ser desempenhado alternada e transitoriamente por esta ou aquela mercadoria. Fixando-se essa condição, essa mercadoria, através da qual as outras espelham o seu valor, fica excluída da condição relativa do valor, enquanto for equivalente não pode exprimir seu valor servindo como equivalente de si mesma, o que redundaria numa expressão tautológica. A essa mercadoria especial é atribuída a função de dinheiro. Note-se que dinheiro aqui é qualquer mercadoria que se cristaliza como equivalente geral exclusivo, dinheiro não é a mesma coisa que moeda. “A forma moeda assumida pelo dinheiro decorre de seu meio de circulação.”⁴⁰ Portanto, é um corolário subsequente. Aliás, na sua apresentação como moeda já está prefigurada uma possibilidade que veio a se confirmar amplamente na sociedade atual, a

³⁹ Anselm Jappe reconhece o caráter fundamental da mercadoria na teoria do valor: “A mercadoria é 'elementar', não no sentido de um pressuposto neutro, mas porque encerra já todos os traços essenciais do modo de produção capitalista. Essa 'célula germinal', como Marx lhe chama também, contém contradições de base difíceis de reconhecer à primeira vista, mas que depois se encontram em todas as formas da vida económica e social da sociedade moderna.” (JAPPE, 2013, p.26). A assertiva de Raimond Aron, no início do capítulo, ganha sentido diante da relevância atribuída à mercadoria por Marx.

⁴⁰ (MARX, 2011a, p. 151).

substituição do dinheiro *contante e sonante* por uma representação simplesmente simbólica:

O próprio curso do dinheiro, ao separar o peso real do peso nominal da moeda, a existência metálica desta de sua existência funcional, traz latente a possibilidade de o dinheiro metálico ser substituído, em sua função de moeda, por senhas feitas de outro material, por meros símbolos. (MARX, 2011a, p. 152).

Note-se, a propósito, que a forma preço é a expressão do valor de uma mercadoria em dinheiro (que pode estar na forma de moeda, neste caso, Marx utiliza, para simplificar sua explanação o padrão ouro)⁴¹, não é o próprio valor, podendo divergir, mas tendendo a se aproximar mais ou menos deste. Vale lembrar o sarcasmo de Marx ao comentar que nem tudo que tem preço, tem valor.

O estabelecimento da moeda é mais um facilitador da troca. Mas, a princípio, certos tipos de mercadorias, por suas características peculiares desempenharam a função de dinheiro.

De início, a casualidade determina a que espécie de mercadoria ficará ligada. Todavia, duas circunstâncias, em geral, decidem. A forma dinheiro adere aos mais importantes artigos fornecidos pelo estrangeiro, os quais, na realidade, se constituem em formas espontâneas de manifestação do valor-de-troca dos produtos da economia interna, ou se fixa no objeto útil, que representa o elemento principal do patrimônio nativo alienável, o gado, por exemplo. Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque toda a sua fortuna é formada por bens móveis, diretamente alienáveis, e seu gênero de vida os põe constantemente em contato com comunidades estrangeiras, induzindo-os à troca dos produtos. Os homens, frequentes vezes, fizeram de seu semelhante, na figura do escravo, a primitiva forma dinheiro, mas nunca utilizaram terras para esse fim. Essa ideia só podia aparecer numa sociedade burguesa já desenvolvida. Data do último terço do século XVII, e só se tentou concretizá-la, em escala nacional, um século mais tarde, na revolução burguesa da França. (MARX, 2011a, p. 113).

O que vale para o fetichismo da mercadoria, onde certas características são atribuídas às coisas como se fossem propriedades inerentes a estas, é ainda mais válido para o fetichismo do dinheiro. Uma vez consolidado todo o processo de desenvolvimento da forma do equivalente geral, a mercadoria que assume essa forma parece possuir naturalmente essa condição de traduzir o valor das outras como algo que está inscrito desde já em sua constituição corpórea, eclipsando todo

⁴¹ “A fim de simplificar, pressuporemos sempre que o ouro é a mercadoria dinheiro.” (MARX, 2011a, 121).

o complexo de relações subjacentes à formação dessa categoria. A forma dinheiro acrescenta mais um elemento no processo de autonomização das coisas frente aos homens e automatização da ação humana ante as coisas e seu sistema de produção.

Ao se atingir o resultado final, a fase intermediária desaparece sem deixar vestígios. As mercadorias, então, sem nada fazerem, encontram a figura do seu valor, pronta e acabada, no corpo de uma mercadoria existente fora delas e ao lado delas. Ouro e prata já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante. (MARX, 2011a, p. 117).

Dois pontos de destaque evidenciados na abordagem dessa nova forma. Primeiro, a recorrência da denúncia de autonomização do sistema produtivo no capitalismo, o que o torna, na expressão de Karl Polanyi, uma economia desenraizada, esquiva ao controle social, mas que, ao contrário, *assume uma configuração material* independente que termina por submeter a sociedade à sua lógica. Não uma produção voltada para a satisfação de necessidades socialmente relevantes, mas uma sociedade compelida pelas injunções advindas de um sistema produtivo. Ponto de partida dessa inversão é a relação fetichizada com as coisas produzidas pelo próprio homem, as mercadorias. Relações que dissimulam as contradições imanentes à forma *elementar* desse modo de produção. Além disso, o modo como essa célula elementar origina outras, como um efeito que é desencadeado pela própria efetivação dessas contradições na troca, gera as polaridades da forma relativa e equivalencial de valor. A forma equivalente geral se materializa na corporeidade de uma mercadoria exclusiva cuja consolidação nessa condição engendra a forma dinheiro. Todas as mercadorias, nesse estágio, podem ser facilmente permutáveis entre si, pois tem no dinheiro uma medida geral para expressar seus valores, e aqui, mais uma sutileza dessa categoria: quantitativamente o dinheiro é limitado, determinada soma de dinheiro tem um potencial de compra relativo; enquanto que, em termos de qualidade, ele pode ser usado para a aquisição de qualquer tipo de mercadoria, destarte, é o representante

universal da riqueza material. Tal contradição motiva o apetite do entesourador, aquele que conserva e acumula o dinheiro da venda dos seus produtos, constringindo o fluxo de circulação dos objetos. “Essa contradição entre a limitação quantitativa e o aspecto qualitativo sem limites impulsiona permanentemente o entesourador para o trabalho de Sísifo da acumulação.”⁴²

Na concupiscência unifocada do personagem entesourador já transparece o automatismo de um movimento que se retroalimenta, tem sua finalidade em si mesmo:

Já nos primórdios do desenvolvimento das mercadorias desenvolve-se a necessidade e a paixão de reter o produto da primeira metamorfose, a forma transfigurada da mercadoria, a crisálida áurea. Vende-se mercadoria não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma mercadoria pela forma dinheiro. A transformação passa a ter fim em si mesma, ao invés de servir de meio da circulação das coisas. Impede-se a imagem transformada da mercadoria de funcionar como forma absolutamente alienável, de caráter fugaz. O dinheiro petrifica-se em tesouro; o vendedor de mercadorias, em entesourador. (MARX, 2011a, p. 157).

A capacidade do dinheiro de universalizar a comparação entre as mercadorias vem acompanhada da tendência de tornar tudo venal, mercadoria ou não, tudo agora é passível de compra e venda.⁴³ Num esboço de completa reificação, imputa-se algo de comum às coisas e a todo o resto. Nessas passagens com forte teor de denúncia, Marx demonstra toda mordacidade de sua letra:

Tudo se pode vender e comprar. A circulação torna-se a grande retorta social a que se lança tudo, para ser devolvido sob a forma de dinheiro. Não escapam a essa alquimia os ossos dos santos, e menos ainda, itens mais refinados, como coisas sacrossantas, “*res sacrosanctae extra commercium hominum*”. No dinheiro desaparecem todas as diferenças qualitativas das

⁴² (MARX, 2011a, p. 160).

⁴³ E as fronteiras desse *tudo* não cessam de ser ampliadas: “A parte mais horrenda da economia informal, mais do que a prostituição infantil, é a crescente demanda mundial de órgãos humanos, mercado criado na década de 1980 pelas inovações da cirurgia de transplante de rins. Na Índia a periferia empobrecida de Chennai (Madras) tornou-se mundialmente famosa por suas 'fazendas de rins'.” (DAVIS, 2006, p. 189). E isso não é tudo: “O processo econômico que começou com o benevolente eufemismo 'globalização' agora atinge cada aspecto da vida, transformando cada atividade e recurso natural em uma mercadoria avaliada e possuída. Como assinalou o pesquisador do trabalho morador de Hong Kong, Gerard Greenfield, o estágio atual do capitalismo não é simplesmente do comércio no sentido tradicional de vender mais produtos através das fronteiras. É também o de alimentar a insaciável necessidade do mercado de crescer redefinindo como 'produtos' setores inteiros que antes eram considerados 'de uso comum', e não para venda. A invasão do público pelo privado alcançou categorias como assistência médica e educação, é claro, mas também ideias, genes, sementes, agora compradas, patenteadas, e cercadas, bem como remédios tradicionais aborígenes, plantas, água e até células tronco humanas.” (KLEIN, 2003, p. 17-18).

mercadorias, e o dinheiro nivelador radical, apaga todas as distinções. Mas o próprio dinheiro é mercadoria, um objeto externo, suscetível de tornar-se propriedade privada de qualquer indivíduo. Assim, o poder social torna-se o poder privado de particulares. A sociedade antiga denuncia o dinheiro como elemento corrosivo da ordem econômica e moral. (MARX, 2011a, p.158).

Conseqüentemente, é o próprio ser social que aparenta estar sob ameaça: “O risco de desagregação social, que se expressa através do desenvolvimento da forma dinheiro, foi advertido pelas melhores inteligências do Mundo Antigo.” (MOURA, 2004, p. 172). Destaque entre as *inteligências*, e isto vale para qualquer época, está Aristóteles, reverenciado em *O Capital*, entre outros, por ter feito a crítica do que ele chamava crematística, movimento voltado para a acumulação “dinheirária”, para ele contrário a própria natureza e distinto do movimento econômico, esse sim natural e salutar, no qual o dinheiro apenas funciona como medida e elemento facilitador da circulação.

A forma dinheiro prenuncia, mas ainda não é propriamente, a forma mais complexa das facetas da mercadoria. O entesourador, por sua vez, parecerá ingênuo ante o personagem que encarna o capitalista. Momento, então, de trazer à baila esses novos atores, mesmo porque, persiste a questão sobre qual é então, se não é exatamente a satisfação das necessidades socialmente estabelecidas, a razão maior de tal estrutura produtiva e dínamo no seu funcionamento. A próxima peça do dominó a cair descortina por fim o interesse que motiva o modo de produção capitalista e que o torna um sistema produtivista.

3.2 Capital

Mercadoria e dinheiro. Estão dadas as figuras indispensáveis para a configuração de uma outra ainda mais *sui generis*. Com elas, é possível iniciar os dois circuitos que nos interessa analisar. Um, intermediado pelo dinheiro, parte e termina na mercadoria, M-D-M (circulação simples); outro, começa na compra, portanto no dinheiro, e volta a este, tendo como meio a mercadoria, D-M-D. Vejamos por hora o primeiro, que traduz o movimento da venda de uma mercadoria e em seguida a compra de outra, sendo usado para a compra, o dinheiro obtido anteriormente pela venda. Quem aliena sua mercadoria obviamente não necessita dela enquanto valor de uso, está interessado em uma outra da qual precisa para

satisfazer uma necessidade qualquer. O valor de uso de sua própria mercadoria para ele não conta, só o seu valor de troca. O que motiva a operação é uma instância que está fora da circulação, o consumo, a utilização de determinado produto para a satisfação direta de uma necessidade, seja como meio de subsistência ou como meio para a produção de outra coisa. O momento da aquisição do produto a ser consumido encerra esse primeiro circuito. O dinheiro utilizado na compra foi definitivamente gasto para o comprador, só retornando a este por ocasião de uma outra transação, ou seja, com a execução inteira de um circuito semelhante. Bem diferente é o que ocorre no segundo caso.

Quem compra mercadoria para, em seguida, vendê-la, está claro, não tem por objetivo utilizá-la senão como meio de aquisição do dinheiro. O valor de uso do bem comprado está fora de questão. Se no primeiro exemplo, ao menos no final do processo, é visada a utilização do bem, agora, para esse novo personagem, a realização do valor de uso do objeto comprado não lhe interessa em nenhum momento do ciclo. Desta vez, é dinheiro comprando dinheiro. O que o comprador executa, na verdade, é um adiantamento, o dinheiro gasto na compra deve voltar para que a operação seja completa. É o próprio valor de troca a finalidade do circuito. O dinheiro está no começo e no fim do ciclo, começo e fim são os mesmos, portanto, o movimento é um *moto continuum* sem fim. Mas careceria totalmente de sentido gastar certa soma de dinheiro em um bem, na intenção de vendê-lo pela mesma quantia que pagou. No primeiro circuito, não causa espécie supor que a mercadoria vendida tenha o mesmo valor daquela comprada depois, pois, embora de mesmo valor, são qualitativamente distintas. O primeiro personagem pode vender canetas, algo que ele não precisa, para comprar caderno que lhe é útil. Mas no outro exemplo, o dinheiro empregado deve ser diferente do dinheiro que retorna ou seria inteiramente *nonsense* tal operação. E dinheiro só se diferencia em termos de quantidade. Logo, nesse segundo caso, no final do circuito, o dinheiro que retorna deve ser em maior quantia, o circuito então é D-M-D' (circulação de dinheiro como capital, fórmula geral do capital), sendo D' o dinheiro inicialmente gasto mais um acréscimo (valor excedente), é dinheiro que se valoriza. O fim do circuito é apenas ensejo para recomeçar outro. Esse é o movimento que gera o capital, movimento ilimitado que se retroalimenta.

A circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe nesse movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites. (MARX, 2011a, p. 183).

Pode-se dizer que esse movimento é mesmo o capital. O capital é, portanto, não exatamente uma coisa, mas uma dinâmica, uma relação social dinâmica.

O capital, como valor que cresce, implica relações de classe, determinado caráter social que se baseia na existência do trabalho como trabalho assalariado. Mas, além disso, é movimento, processo com diferentes estádios, o qual abrange três formas diferentes do processo cíclico. Só pode ser apreendido como movimento, e não como algo estático. (MARX, 2011c, p. 119-120).⁴⁴

No primeiro caso, dinheiro é apenas dinheiro, no segundo, dinheiro vira capital. São metamorfoses da mesma figura fantasmática, “capital é dinheiro, capital é mercadoria.”⁴⁵ Dinheiro que compra mercadoria, que se transforma em dinheiro acrescido.

Se o dinheiro não assumir a forma mercadoria, ele não vira capital. Não há aqui antagonismo entre dinheiro e mercadoria, como no caso do entesouramento. O capitalista sabe que todas as mercadorias, tenham elas aparência vil ou mau odor, são em fé e em verdade dinheiro, judeus circuncisos e purificados, e, além disso, milagroso meio de fazer mais dinheiro com dinheiro. (MARX, 2011a, p.185).

Fazer mais dinheiro com dinheiro. Quão fascinante não parece tal sortilégio...⁴⁶ Mas, através de que mágica tal expediente seria possível? Só aparentemente a resposta é óbvia. Fácil: a venda é efetuada por um preço maior do que a compra anteriormente realizada. A mercadoria é vendida acima do seu valor, o comprador final é lesado no processo. E se a coisa é tão simples, todos os envolvidos nas trocas fariam o mesmo. Só que o vendedor, para vender, precisa antes comprar, em algum momento atua como comprador, a vantagem que leva na venda é descontada agora na compra. No final termina tudo equilibrado, nenhum valor a mais de fato

⁴⁴ “O capital é o sangue que flui através do corpo político de todas as sociedades que chamamos de capitalista, em cada canto e recanto do mundo habitado.” (HARVEY, 2011, p. 7). Dinâmica que termina por subordinar outras tantas dimensões sociais portanto ultrapassa a função produtiva.

⁴⁵ (MARX, 2011a, p.184).

⁴⁶ Que o diga o próprio capitalista: “Existe uma espécie de química que dispara no estômago quando você multiplica seu dinheiro por dez. E vicia.” (William Browder, administrador financeiro norte-americano. Citado por Klein, 2008, p. 207).

surgiu na circulação, apenas uma aparente vantagem transitou entre mãos diferentes e termina por se anular com a altercação entre os momentos da compra e da venda. Ainda que alguém leve vantagem na relação, o que de fato pode ocorrer, isso não explica o acréscimo permanente de valor que permite a valorização do valor característico do capital. Marx ainda conjectura outras situações parecidas para ilustrar que a mágica do valor acrescido não acontece no âmbito da circulação. *Nil posse creari de nihilo*, é preciso investigar em alguma outra esfera.

É na produção que acontece o acréscimo de valor. Há uma mercadoria que tem o poder de produzir valor. O acréscimo de dinheiro não advém do próprio dinheiro, este apenas traduz o preço de uma mercadoria que com ele é paga. A transformação também não ocorre na revenda da mercadoria, esta, por sua vez, apenas transmuta a mercadoria na forma dinheiro. A façanha, então, só pode ser realizada na compra da mercadoria (D-M), e não pode ser no seu valor, que corresponde ao dinheiro que está sendo pago (Marx pressupõe, para facilitar sua explanação, que as mercadorias são pagas pelo seu valor, há equivalência entre o valor das coisas cambiadas). Resta seu valor de uso, sua utilização efetiva. É precisamente aí que o diferencial acontece. Destarte, o consumo de determinada mercadoria cria valor. Essa mercadoria é a força de trabalho, “o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.”⁴⁷ Há certas condições para se encontrar mercadoria com propriedade tão *sui generis*. Antes de tudo, é necessário que seu próprio possuidor a disponibilize no mercado. É *conditio sine qua non* que este proprietário seja plenipotenciário de sua força de trabalho, livre para aliená-la por sua própria conta.

Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho, e esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social. (MARX, 2011a, p. 200).

Para que essa autonomia seja preservada, essa venda só pode ser por tempo limitado, do contrário seria ele um escravo. Para que se disponha a alugar temporariamente sua própria força de trabalho, é certo que esse indivíduo está

⁴⁷ (MARX, 2011a, p. 197).

privado de outros meios de sobrevivência, não possui outras mercadorias, tampouco meios para produzi-las, só conta com essa força para se manter. Não foi sempre que mercadoria com tantas peculiaridades esteve disponível no comércio, ela é fruto de certas conjunturas históricas:

A natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Esta relação não tem sua origem na natureza, nem é mesmo uma relação social que fosse comum a todos os períodos histórico. Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, ou produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social. (MARX, 2011a, p. 199).

E não foi necessário tão somente tempo para persuadir o trabalhador a vender sua força de trabalho:

Foi preciso que decorressem séculos para o trabalhador 'livre', em consequência do desenvolvimento do modo de produção capitalista, consentir voluntariamente, isto é, ser socialmente compelido a vender todo o tempo ativo da sua vida, sua própria capacidade de trabalho, pelo preço de seus meios de subsistência habituais; seu direito à primogenitura, por um prato de lentilhas. (MARX, 2011a, p. 213).

Alguns dos mecanismos usados para compelir serão mencionados mais adiante. E para que não haja dúvida em relação ao porquê do destaque de Marx no *livre* logo acima:

Temos de confessar que nosso trabalhador sai do processo de produção de maneira diferente daquela em que nele entrou. No mercado, encontramos-lo como possuidor da mercadoria chamada força de trabalho, em face de outros possuidores de mercadorias; vendedor, em face de outros vendedores. O contrato pelo qual vendeu sua força de trabalho ao capitalista demonstra, por assim dizer, preto no branco, que ele dispõe livremente de si mesmo. Concluído o negócio, descobre-se que ele não é nenhum agente livre, que o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la e que seu vampiro não o solta 'enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar'. Para proteger-se contra 'a serpe de seus tormentos', tem os trabalhadores de se unir e, como classe, compelir a que se promulgue uma lei que seja uma barreira social intransponível capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmo e a sua descendência ao capital mediante livre acordo que os condena à morte e à escravatura. (MARX, 2011a, p. 345- 346).⁴⁸

Calcula-se o valor dessa mercadoria especial tal como o das outras, medindo-se o valor ou o tempo de trabalho necessário para a sua produção e reprodução. Mas a produção dessa mercadoria diferenciada é um dos pontos que a distingue das

⁴⁸ Isso explica também de onde – de quem – o capital sorve aquele *sangue que flui* (Nota 44).

outras. Sua produção está fora do sistema de produção. Estimar seu valor é contabilizar o tempo de trabalho necessário para a produção dos meios que asseguram a sobrevivência de seu possuidor, e como este é humano, mortal, deve estar contemplado, também nesta soma, os meios de subsistência dos futuros repositores da mercadoria força de trabalho, os descendentes daqueles que já são vendedores dessa mercadoria. Esses meios podem variar muito em função de diversos fatores, o país, seu grau de civilização, suas características climáticas, os hábitos de seus trabalhadores, etc. Só pode, então, ser um dado médio circunscrito a determinada época e país.

O acréscimo de valor é gerado no momento em que essa mercadoria impar é consumida. A utilização da força de trabalho é o processo de produção de mercadoria e de valor excedente (mais valia). Esse excedente ocorre porque, durante o período de duração do trabalho, o tempo acordado de aluguel da força de trabalho, o proprietário dessa força gera mais valor do que o equivalente ao valor da força de trabalho correspondente àquele intervalo de tempo. Se o valor da utilização da força de trabalho por determinado tempo é D , neste intervalo de tempo, o proprietário da força de trabalho ao colocá-la em prática gera uma maior quantidade de valor D' . Ele trabalha durante um tempo maior do que o tempo necessário para a produção do valor de sua força de trabalho. Ou seja, durante o consumo da força de trabalho, há um trabalho excedente, um tempo de trabalho excedente, não remunerado e que produz um valor excedente, a mais valia. “O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto, duas magnitudes distintas.”⁴⁹ Exatamente isso é o que visa o capitalista ao contratar o possuidor da força de trabalho. Em uma parte de sua jornada, o tempo que este dono de uma mercadoria singular trabalha está sendo pago por valor equivalente a esse tempo, trabalha em seu proveito, produz valor – é o que Marx chama trabalho necessário; mas sua jornada vai além desse tempo, agora, nesse segundo momento, trabalha para o capital, para geração de mais valia – é trabalho excedente. Os dois momentos estão integrados, formam um todo que é o processo de trabalho, na verdade, um processo de trabalho prolongado.

⁴⁹ (MARX, 2011a, p. 227).

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente). (MARX, 2011a, p. 228).

O processo de produção de mais valia, a objetivação do trabalho excedente, é o que caracteriza o modo de produção capitalista:

O processo de produção, quando unidade de processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais-valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2011a, p. 230).

A extração de mais valia é a motivação essencial do modo de produção capitalista e, portanto, ele está voltado intrinsecamente para a exploração e a ampliação do trabalho excedente, a fonte de sua substância.

Esse é o mecanismo por trás da operação onde, aparentemente, o dinheiro engendra mais dinheiro. O *leitmotiv* da produção é esse dinheiro “encantado” e está claro onde mora o encanto, a utilização da força de trabalho. Ora então, é preciso trabalhar, é imperioso produzir. O capital, valor que se amplia e essencialmente quer essa ampliação sem cessar “começa a 'trabalhar', como se tivesse o diabo no corpo.”⁵⁰ É natural que qualquer dono de mercadoria queira utilizá-la plenamente. Com a mercadoria força de trabalho não haveria de ser diferente, ainda mais tendo ela tal propriedade única. “O impulso imanente da produção capitalista é apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia.”⁵¹ O impulso, note-se bem, é imanente, é próprio do capitalismo esse afã por mais trabalho, essa é a sua lei, pouco importa se suas consequências ameacem a vida do trabalhador, e é lei que deve ser observada por todos os capitalistas.

O capital não tem, por isso, a menor consideração com a saúde e com a vida do trabalhador, a não ser quando a sociedade o compele a respeitá-las. À queixa sobre a degradação física e mental, a morte prematura, o suplicio do trabalho levado até a completa exaustão, responde: “Porque nos

⁵⁰ (MARX, 2011a, p. 228). O destaque no “trabalhar”, dado pelo próprio autor – como ademais, em todos os casos de termos destacados em citações aqui – deve-se provavelmente ao fato de que, quem trabalha, no caso, não é, como sabemos, o próprio capital.

⁵¹ (MARX, 2011a, p. 297).

atormentamos com esses sofrimentos, se aumentam nosso lucro?” De modo geral, isto não depende, entretanto, da boa ou má vontade de cada capitalista. A livre competição torna as leis iminentes da produção capitalista leis externas, compulsórias para cada capitalista individualmente considerado. (MARX, 2011a, P. 312).

São muitas as passagens em que Marx ressalta esse caráter essencialmente voltado para a exploração do trabalho, algo próprio da lógica interna de funcionamento desse modo de produção. Ele é, por assim dizer, estruturalmente direcionado para a extração de mais trabalho, sua produção é produção de mais valia.

A produção capitalista, que essencialmente é produção de mais-valia, absorção de trabalho excedente, ao prolongar o dia de trabalho, não causa apenas a atrofia da força humana de trabalho, à qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento. Ela ocasiona o esgotamento prematuro e a morte da própria força de trabalho. Aumenta o tempo de produção do trabalhador num período determinado, encurtando a duração da sua vida. (MARX, 2011a, p.307).

O próprio capitalista está subalternizado por essa lógica, ele é a encarnação dessa sede compulsiva de exploração de trabalho que caracteriza esse modo de produção, sua ação é guiada pelos ditames desse mecanismo impessoal e automático que ele termina por incorporar.

Certo estágio de desenvolvimento da produção capitalista exige que o capitalista possa consagrar à apropriação, ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho todo o tempo durante o qual funciona como capital personificado. (MARX, 2011a, p.355). O capital personificado, o capitalista, cuida para que o trabalhador realize sua tarefa com esmero e com grau adequado de intensidade. (IBIB., p.356).

A produção de capital é a motivação subjacente a uma estrutura produtiva que ignora as fronteiras da esfera produtiva e invade outras tantas dimensões sociais. Marx não poupa sua verve na acusação vigorosa do *impulso cego* que esse *desmedido* mecanismo produtivo representa com sua *voracidade* sedenta por trabalho excedente, esse vampiro que vigia com *olhar de lince*⁵² sua fonte de seiva. E traz à tona toda a riqueza de estratégias usadas por esse algoz no fito de consumir suas metas, suas *orgias*⁵³. O que vai desde a utilização sistemática de

⁵² (MARX, 2011a). As três primeiras expressões encontram-se na página 306, as restantes na 346 e 330 respectivamente.

⁵³ (IBID., p. 320).

mão de obra infantil⁵⁴, um trabalhador de menor custo, até a disputa mais ferrenha por frações de tempo da jornada de trabalho⁵⁵. Entre as fontes utilizadas por Marx no seu escrutínio, relatórios de inspetores de fábricas, de médicos, e entre os depoimentos citados, talvez os mais deprimentes sejam o das próprias crianças trabalhadoras.⁵⁶ O quadro que Marx descreve é de uma exploração totalmente desmedida de trabalho humano, seja pela duração estendida ao extremo da jornada de trabalho, seja pela sua intensificação ou pelo uso de mão de obra desapropriada para a carga de trabalho exigida. Não haveria melhor representação do que comumente se chama de produtivismo. Seu comentário sobre determinado caso não deixa dúvidas: “Dante acharia que foram ultrapassadas nessa indústria suas mais cruéis fantasias infernais.”⁵⁷

Uma conjuntura que representa, para Marx, uma crise anunciada, e que ultrapassa a dimensão econômica:

O capital, que tem tão “boas razões” para negar os sofrimentos da geração de trabalhadores que o circundam, não se deixa influenciar, em sua ação prática, pela perspectiva de degenerescência futura da humanidade e do irresistível despovoamento final. Tudo isso não o impressiona mais do que a

⁵⁴ Afinal de contas, “de acordo com a antropologia capitalista, a infância acaba aos 10 anos e, no máximo, aos 11.” (MARX, 2011a, p. 323). Ironia, mas na realidade era o que acontecia de fato, e constituía prática trivial: “A procura de trabalho infantil lembra as vezes, a procura de escravos através de anúncios que costumávamos ler nos jornais americanos. (IBID., p. 453). “Em Bethnal Green, distrito mal-afamado de Londres, todas as manhãs de segunda e terça feira, realiza-se publicamente leilão em que crianças de ambos os sexos, a partir de 9 anos, se alugam diretamente às fábricas de seda de Londres.” (IBID., p.454).

⁵⁵ Uma Divisa condizente com tal contexto citada por Marx: “Átomos de tempo são os elementos do lucro.” (MARX, 2011a, p. 282).

⁵⁶ “Wilhelm Wood, um garoto de 9 anos, 'tinha 7 anos e 10 meses de idade, quando começou a trabalhar'. Lidava com fôrmas (levava a mercadoria modelada à câmara de secagem para apanhar depois, de volta, as formas vazias) desde o início. Chega, todo dia da semana, no trabalho, às 6 horas da manhã e acaba sua jornada por volta de 9 horas da noite. 'Trabalho até as 9 horas da noite, todo dia da semana. Assim, por exemplo, durante as últimas 7 a 8 semanas.' Quinze horas de trabalho por dia para um garoto de 7 anos! J. Murray, um menino de 12 anos, depõe: '(...) Chego ao trabalho às 6 horas da manhã, as vezes às 4. Trabalhei toda a noite passada, indo até às 6 horas da manhã. Não durmo desde a noite passada. (...) Recebo por semana 3 xelins e 6 *pence*. Nada recebo a mais por trabalhar toda a noite. Na semana passada trabalhei 2 noites.” (MARX, 2011a, p. 284). Os adolescentes são outras vítimas: “A obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquinas de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural.” (MARX, 2011a, p. 457).

⁵⁷ (MARX, 2011a, p. 286).

possibilidade de a Terra chocar-se com o Sol. Todo mundo que especula em bolsa sabe que haverá um dia de desastre, mas todo mundo espera que a tempestade recaia sobre a cabeça do próximo, depois de ter colhido sua chuva de ouro e de ter colocado seu patrimônio em segurança. (MARX, 2011a, p. 311-312).

Hoje, à crise financeira que a cada ressurgimento parece mais desastrosa, soma-se outra tão ou mais premente, a crise ambiental, e a exploração do mais trabalho ganha novas formas, mas continua incisiva.

(...) pode-se constatar que a sociedade contemporânea presencia um cenário crítico, que atinge não só os países do chamado Terceiro Mundo, como o Brasil, mas também os países capitalistas centrais. A lógica do sistema produtor de mercadorias vem convertendo a concorrência e a busca da produtividade num processo *destrutivo* que tem gerado uma imensa precarização do trabalho e aumento monumental do exército industrial de reserva, do número de desempregados. (ANTUNES, 2000, p. 16) (...)

Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural. Apesar do significativo avanço tecnológico encontrado (que poderia possibilitar, em escala mundial, uma real redução da jornada ou do tempo de trabalho), pode-se presenciar em vários países, como a Inglaterra e o Japão, para citar países do centro do sistema, uma política de *prolongamento da jornada de trabalho*. (IBID., p.33).

Crise econômica, exploração do trabalho, desequilíbrio ambiental. Não surpreenderia descobrir um liame velado entre as três coisas, como faz Chesnais e Serfati:

É impossível dissociar as destruições ambientais e ecológicas das agressões desfechadas contra as condições de vida dos proletários urbanos e rurais e de suas famílias, notadamente dos que vivem nos países ditos do Sul, sob dominação imperialista. Também é impossível dissociar as formas econômicas da dominação e da violência de suas formas políticas e militares. Tomadas em seu conjunto, as destruições ambientais e ecológicas e as agressões contra as condições de vida dos proletários são resultados dos efeitos cumulativos de mecanismos secretados pelo funcionamento, a décadas, do modo de produção capitalista e da dominação contemporânea, renovada e quase sem limites, do capital financeiro. (2003, p. 43-44).

É da natureza do capital o movimento incessante de extração de valor excedente,

[...] a produção de mais-valia ou a extração de trabalho excedente constitui o conteúdo e o objetivo específicos da produção capitalista, quaisquer que sejam as modificações do próprio modo de produção relacionadas com a subordinação do trabalho ao capital. (MARX, 2011a, p. 341).

Sendo a produção de mais valia oriunda da exploração do trabalho excedente, é compreensível que as relações de trabalho atuais sejam do modo como assevera Ricardo Antunes. São consequências diretas de um mecanismo de produção orientado para a exploração do trabalho, e corroboram não só sua continuidade, mas, em muitos casos, um agravamento da exploração típica desse mecanismo. Essa voracidade insaciável por trabalho excedente é característica do modo de produção capitalista. Ainda que o trabalho excedente esteja presente sempre que há o monopólio dos meios de produção por um grupo, as sociedades nas quais o sistema econômico era prioritariamente orientado para a produção de valores de uso não conheceram nada muito próximo dessa *crueledade civilizada* esquadrihada por Marx.

É evidente que, numa formação social onde predomine não o valor-de-troca, mas o valor-de-uso do produto, o trabalho excedente fica limitado por um conjunto mais ou menos definidos de necessidades não se originando da natureza da própria produção nenhuma cobiça desmesurada por trabalho excedente. Na Antiguidade, o trabalho em excesso só atingia as raias do monstruoso quando estava em jogo obter valor-de-troca em sua materialização autônoma, em dinheiro, com a produção de ouro e prata. Fazer o trabalhador trabalhar até a morte se torna, nesse caso, a forma oficial do trabalho em excesso. Basta ler Diodoro da Sicília. Todavia, condições monstruosas de trabalho constituíam exceção no mundo antigo. Mas, quando povos cuja produção se encontra nos estágios inferiores da escravatura, da corvéia etc., entram no mercado mundial dominado pelo modo de produção capitalista, tornando-se a venda de seus produtos ao exterior o interesse dominante, sobrepõe-se aos horrores bárbaros da escravatura da servidão etc., a crueledade civilizada do trabalho em excesso. O trabalho dos negros nos estados meridionais da América do Norte preservava certo caráter patriarcal enquanto a produção se destinava principalmente à satisfação direta das necessidades. Na medida, porém, em que a exportação de algodão se tornou interesse vital daqueles estados, o trabalho em excesso dos pretos e o consumo de sua vida em 7 anos de trabalho tornaram-se partes integrantes de um sistema friamente calculado. Não se tratava mais de obter deles certa quantidade de produtos úteis. O objetivo passou a ser a produção da própria mais-valia. (MARX, 2011a, 274).

Notório nessa passagem o destaque na diferenciação entre um sistema direcionado para a produção de valores de uso e outro centrado no valor de troca. O valor de uso, a princípio, deixa de ser uma preocupação do produtor para, processualmente, deixar de sê-lo também para o próprio comprador. De início, nas comunidades tradicionais, como mostra Marx (2011a, p. 112), trocava-se, nas zonas fronteiriças, com grupos, ou membros de grupos, de outras comunidades, produtos que, por vontade mútua, seus proprietários intencionavam permutar, geralmente

excedentes da produção. Com a frequência, a troca torna-se atividade social estabelecida e, parte dos produtos passa a ser produzida intencionalmente para a troca, com efeito, nesse estágio, está estabelecida a separação entre a utilidade dos produtos em termos de satisfação direta das necessidades – valor de uso -, e a utilidade destes enquanto objetos voltados para a troca – valor de troca. No primeiro circuito, D-M-D, onde há a venda de uma mercadoria - da qual não se precisa enquanto valor de uso – para em seguida ser comprada outra interessante do ponto de vista do seu valor de uso. Mas no circuito D-M-D', compra da mercadoria não para o uso, mas para a subsequente venda, que representa o movimento, a fórmula essencial do capitalismo⁵⁸, a finalidade é unicamente obtenção do acréscimo de valor, confirmado já no momento da venda da mercadoria.

O consumo propriamente dito das coisas, no sentido de utilização, não é o fator preponderante na lógica que preside esse processo. Importa que ela seja tirada da prateleira, que seja comprada, já que é essa operação que representa a consumação de toda a dinâmica produtiva, é daí que se assegura seu fulcro. Sem a retirada da prateleira, o fluxo é interrompido, o *sangue*⁵⁹, que representa sua própria vida, estanca. Por isso mesmo as somas extraordinárias investidas em marketing e a obsolescência programada.⁶⁰ A programação, nesse sentido, não é só da durabilidade objetiva das coisas, mas também de sua durabilidade subjetiva de forma perceptiva – com os tantos modismo, os objetos tornam-se *démodé* (CÔRREA, 2012, p. 305). O produto precisa “sair”, se vai ser utilizado de fato ou não

⁵⁸ “Não se exagera muito se se afirmar que a conversão da fórmula M-D-M na fórmula D-M-D' encerra em si toda a essência do capitalismo.” (JAPPE, 2006, p. 61).

⁵⁹ (HARVEY, 2011, p. 7).

⁶⁰ “De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1998, o crescimento nos gastos globais com publicidade 'supera hoje o crescimento da economia mundial em um terço'.” (KLEIN, 2003, p. 32). O grande investimento justifica-se sobretudo por que é preciso vender também, ou talvez principalmente, o que as pessoas comprovadamente não carecem: “Conforme uma pesquisa realizada entre os presidentes das maiores empresas americanas, 90% deles reconhecem que seria impossível vender um produto novo sem campanha publicitária; 85% declaram que a publicidade persuade 'frequentemente' as pessoas a comprar coisas de que elas não precisam; e 51% dizem que a publicidade persuade as pessoas a comprar coisas que elas não desejam de fato. Esquecidos os bens de primeira necessidade, cada vez mais a demanda já não incide sobre *bens de grande utilidade*, e sim sobre *bens de alta futilidade*. Elemento essencial do círculo vicioso e suicida do crescimento sem limites, a publicidade, que constitui o segundo maior orçamento mundial depois da indústria de armamentos, é incrivelmente voraz: 103 bilhões de euros nos Estados Unidos em 2003, 15 bilhões na França.” (LATOUCHE, 2009, p. 18).

– se terá ao final realizado seu valor de uso, e essa realização se dá nessa utilização -, é menos, ou nem um pouco, importante. E quantos depósitos particulares de objetos “úteis”, quantos Xanadus, só serão consumidos pelo fogo implacável do tempo? Analisando a partir dessa perspectiva, nota-se certa inexatidão na expressão “sociedade de consumo”, uma vez que é a compra e não o consumo propriamente dito o fator essencial para o movimento autocentrado do capital. Aliás, em dois dicionários etimológicos consultados, as conotações do termo consumir - do latim *consumere* – encontradas variam desde “gastar ou corroer até a destruição” até “absorver inteiramente, destruir” mas, a noção de consumo como aquisição não foi encontrada.⁶¹ Consumir no sentido de “gastar”, se considerarmos o gasto do dinheiro na compra, de fato é fundamental à lógica do capital, mas é ainda a compra que está em questão. Pode-se pensar, também, em termos de consumo produtivo, consumo de meios indispensáveis à produção, nesse caso, o vocábulo é bem empregado, e consumo, nesse sentido, é *conditio sine qua non* para o vórtice do capital. Mas, quando se fala coloquialmente em sociedade de consumo, é no grande frenesi causado pelas vitrines, é no apelo à compra que se esta pensando.

Essa vinculação entre consumo e compra provavelmente é resultado tardio do uso habitual da palavra com essa conotação e, observando com mais acuidade, a mudança no sentido original do termo não parece trivial.⁶² Concluir que comprar já é por si consumir, comprar já se traduz na fruição do que foi comprado – como parece implícito no uso do termo consumo para designar a compra e não o uso das mercadorias -, de algum modo justifica a compra de coisas que sabidamente não serão consumidas, no sentido forte do termo. Se é razoável comprar o que vai além da capacidade de consumir, é também plausível produzir o que é impossível, ou pelo menos, é um contra senso consumir. O que fazer, por exemplo, com um arsenal bélico capaz de aniquilar boa parte da humanidade, que colocaria em risco a própria

⁶¹ (CUNHA, 1999); (MACHADO, 1967).

⁶² O que faz lembrar outra mudança aparentemente banal. O que antes era *aquecimento global* passou a ser *mudanças climáticas*, expressão que, comparada a anterior, soa como um eufemismo. Ademais, o que ainda torna a alteração mais suspeita é o indício de que teria sido proposta, segundo Viveiros de Castro*, por um ideólogo americano. *Conferência disponível em: <http://vimeo.com/81488754>. Acesso em: 15/07/2014.

civilização?⁶³ O imperativo da produção é cego, bom exemplo disso é a utilização do PIB como critério para aferir o desenvolvimento econômico, medida para qual mesmo uma grande tragédia poderia ser encarada de forma positiva uma vez que seu enfrentamento deve necessariamente contabilizar gastos condizentes com o tamanho do desastre. E não é raro constatar o investimento de capital em projetos claramente destrutivos, como confirma Robert Kurz:

A moeda, fechada num circuito cibernético, exige o aumento constante da produção. A concorrência exige o aumento permanente da produtividade. Como, desse modo, o produto isolado representa cada vez menos moeda, a produção tem que crescer não linearmente, mas em progressão geométrica. E como nessa dinâmica os investimentos seguem os sinais abstratos da rentabilidade, a opção de um 'desenvolvimento sustentado' – qualitativamente definido dentro da economia de mercado – é uma ilusão. A produção de bens qualitativamente mais significativos, ou mesmo de primeira necessidade, é automaticamente posta de lado quando deixa de ser rentável em termos monetários; por sua vez, o capital é rápido ao apoiar projetos destrutivos, se estes acenam com lucros generosos. Dessa maneira, a vida social assume um caráter autodestrutivo. Se é fato que o aumento da produtividade expande o desemprego, é preciso que os mais ricos consumam com uma avidez cada vez maior para permitir o funcionamento do sistema. Por meio do 'desgaste programado', a vida dos produtos é encurtada, e, simultaneamente, a indústria inventa novas necessidades grotescas e pueris. (KURZ, 1997, p. 188).

Entre aquisição e consumo, é a compra e não a fruição do que foi comprado que garante a perpetuação do capital, guia mestre do processo produtivo. Mesmo porque, a capacidade de consumo dos indivíduos é limitada em termos de quantidade. Por maior que seja o banquete, individualmente, a possibilidade de desfrute é circunscrita pelos limites que são próprios da espécie, e ultrapassá-los implica sempre em sérios riscos.⁶⁴ “Sociedade de consumo” – sem o acréscimo do

⁶³ “Esse produtivismo exacerbado, que não se pode legitimar em um consumo efetivo, real, mas que deve apelar para uma propensão consumidora fictícia e, enquanto tal, virtualmente ilimitada, pode ser paradigmaticamente exemplificado pela possibilidade bélica instalada (fundada na tecnologia nuclear) de destruir várias vezes toda a humanidade, quando ‘apenas’ uma seria o suficiente...” (MOURA, 2004, p.186). E não só a humanidade está sob ameaça: “Agora sabemos com certeza que uma única arma nuclear, por mais devastadora que seja, não pode desencadear uma reação nuclear em cadeia com capacidade de destruir por completo a Terra ou sua atmosfera. (...) Mas alguns experimentos de física desenvolvidos por razões de pura indagação científica poderiam supostamente – ou pelo menos alguns afirmam – representar uma ameaça mundial, até mesmo cósmica.” (REES, 2005, p. 131).

⁶⁴ “No modo de produção capitalista não importa a satisfação de necessidades no âmbito dos limites fixados pela natureza humana, pela comunidade pequena (e pelo metabolismo natural em particular), mas apenas o lucro – daí a acumulação e o crescimento – e, por conseguinte, também a demanda limitada apenas pelo poder aquisitivo monetário. Por essa razão o princípio da suficiência

“ismo” que parece acusar a tendência ao excesso – talvez fosse expressão mais adequada, no sentido aqui discutido, para designar aquelas sociedades nas quais o sistema produtivo está norteado pelo valor de uso dos objetos produzidos, sistema orientado para a satisfação de necessidades socialmente relevantes, ou seja, para a produção de bens que serão consumidos. Produção que, por isso mesmo, não tende para uma ilimitação como aquela direcionada para o lucro. No capitalismo, o consumo é estimulado, sobretudo, porque ele favorece o aumento das compras, e esse aumento é só um corolário do produtivismo. O central é a produção, momento onde é gerado o valor excedente, mas ele só se confirma quando os produtos do trabalho são vendidos. Eis então o “consumismo” flagrante de nosso tempo. O sortilégio do dinheiro que gera dinheiro ocorre no momento da utilização da mercadoria força de trabalho, na produção, mas tem seu coroamento, no âmbito da circulação – no momento da venda das mercadorias produzidas.

A conversão de uma soma de dinheiro em meios de produção e força de trabalho é o primeiro passo dado por uma quantidade de valor que vai exercer a função de capital. Essa conversão ocorre no mercado na esfera da circulação. O segundo passo, o processo de produção, consiste em transformar os meios de produção em mercadoria cujo valor ultrapassa o dos seus elementos componentes, contendo, portanto, o capital que foi desembolsado, acrescido de uma mais-valia. A seguir, essas mercadorias têm, por sua vez, de ser lançadas na esfera da circulação. Importa vendê-las, realizar seu valor em dinheiro, e converter de novo esse dinheiro em capital, repetindo continuamente as mesmas operações. [...] A primeira condição da acumulação é o capitalista conseguir vender suas mercadorias e reverter a maior parte do dinheiro por elas recebido em capital. Doravante, pressupomos que o capital realiza normalmente seu processo de circulação. (MARX, 2011b, p. 657).

Foi preciso acompanhar em linhas gerais o desenvolvimento da análise marxiana concernente às três categorias fundamentais que formam o tripé que assegura as condições de possibilidade de existência do modo de produção capitalista, com seus desdobramentos e contradições, para apreender seu funcionamento basilar. O que Marx desvela em suas análises é um modelo produtivo autocentrado, regido por um movimento circular voltado para a retroalimentação e expansão de si mesmo, que é infenso a ditames sociais, mas que, pelo contrário,

permanecerá ineficaz no âmbito do capitalismo, pois a autorreferencial falta de limites do capitalismo se imporá contra os limites da suficiência. Medidas publicitárias fomentadoras do consumo e os mecanismos de coação inerentes à competitividade na produção cuidarão para que o consumo de energia e o impacto sobre os recursos não se detenha diante dos limites traçados pela suficiência.” (ALTVATER, 2010, p. 323-324).

passa a comandar outras dimensões da vida social dos indivíduos⁶⁵ – modo de produção, para Marx, não é apenas uma forma de organizar a produção, mas também um modo de dominação social⁶⁶ –, finalmente, um sistema unifocado na busca do lucro decorrente da exploração do trabalho e inerentemente produtivista. O imperativo do aumento da produção está inscrito em sua própria estrutura, é parte de sua própria funcionalidade, é na esfera da produção que reside seu segredo e sua razão de ser. O *approach* de Marx não tem caráter meramente de um discurso elucidatório, suas análises são eminentemente críticas e com manifesto teor de denúncia de uma determinada realidade. É flagrante que o objeto precípua de sua preocupação são as consequências desse modelo produtivo para homem, o trabalhador que negocia, por injunção das circunstâncias, sua própria força de trabalho e é sistematicamente explorado em função do lucro extraído através desse *sistema de roubo lícito*. Em função desse alvo central Marx desenvolve uma verdadeira ecologia humana como reconhece Renan Cantor:

De forma histórica específica, o capitalismo, as relações entre os seres humanos, a sociedade e a natureza converteram-se em relações mercantis e monetárias. Isto redundava em que, em aras do lucro – que é a essência do modo de produção capitalista –, dilapidem-se as duas fontes fundamentais da riqueza: a força de trabalho e a terra, o que produz de um lado, a alienação e a desumanização e, do outro, a destruição acelerada do meio natural. É verdade que Marx se concentrou principalmente no primeiro aspecto, ou seja, nas implicações que a exploração da força de trabalho e a divisão do trabalho geram na sociedade capitalista, ao redor da qual desenvolveu uma autêntica **ecologia humana**. Marx chamava a isto de “*deprecação do trabalhador no meio capitalista*”. A este respeito, são conhecidas as contribuições de Marx que hoje adquirem mais força que nunca frente à mobilização do capital e ao reaparecimento das formas mais brutais de exploração do trabalho, tal como aparecem descritas e analisadas em *O Capital*. (CANTOR, 2007, p.101-102).

As consequências para a natureza não representa, nessa abordagem, o destaque principal – vale lembrar que a questão ambiental, ao tempo de maturidade de Marx, nem de longe tinha o status que veio a adquirir bastante tempo depois, isso foi bastante frisado no início do trabalho - mas é certo, como aliás a citação acima também demonstra, que os efeitos desse mecanismo de exploração atingem com a mesma, talvez em até maior intensidade, essa outra fonte de riqueza. Basta pensar

⁶⁵ “A lógica capitalista, que reside na mercadoria, no dinheiro e no capital e possibilita a sua dinâmica, tomou posse do indivíduo.” (ALTVATER, 2010, p. 78).

⁶⁶ (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p.43).

que é essa fonte que sustém os meios de trabalho necessários à perpetuação do processo de exploração.

O modo capitalista de produção, ao mesmo tempo que impõe economia em cada negócio particular, produz, com seu sistema anárquico de concorrência, o desperdício mais desmedido dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, além de criar inúmeras funções para ele indispensáveis, mas em si mesmas supérfluas. (MARX, 2011b, p. 602.).

Essa é uma questão que está não só implícita na crítica de Marx. Na medida em que ele desvela as razões veladas que motivam esse modo de produção, traz à baila as raízes do produtivismo que o caracteriza. Percebe-se, em *O Capital*, que o produtivismo não é de modo algum uma produção pela produção, o que seria uma tautologia *nonsense*, mas o corolário de uma diretriz muito clara posicionada no comando do modo de produção capitalista.

Esse produtivismo, se não é o principal motivo do que se costuma chamar problema ambiental, é, seguramente, um dos.

O ponto de partida da análise marxiana é a comparação entre o fim último de todas as formas econômicas pré-capitalistas e a capitalista. Enquanto nas primeiras o objetivo da produção era obter valores de uso, na segunda, o objetivo é a valorização do próprio capital (D-M-D'). Nas palavras de Marx, a circulação do dinheiro como capital é, ao contrário, um fim em si. Nunca, portanto, se deve considerar o *valor de uso* como objetivo direto do capitalista. Tampouco o lucro isoladamente, senão o movimento incansável de obtenção de lucros. Trata-se de uma diferença radical. Enquanto a produção pré-capitalista de valores de uso tem seu limite na satisfação das necessidades, a produção capitalista de mercadorias para aumentar o lucro não tem nenhum limite. Esta diferença, tão simples e geral, está na base do esgotamento dos recursos naturais a um ritmo nunca suspeitado na história da humanidade; porém também está na base da utilização irracional de qualquer forma de energia e/ou de materiais e seres vivos. (FOLADORI, 1997, p. 156).

A crítica de Marx revela as razões profundas que estão no pano de fundo do sistema de produção capitalista, a crise ambiental é fruto dessa estrutura produtiva lastreada numa lógica intrinsecamente produtivista. De modo que uma crítica ecológica que se pretenda profunda não deveria desconsiderá-la. Não obstante, essa negligência é comum, como afirma François Chesnais e Claude Serfati:

É, evidentemente, inegável que, em sua grande maioria, os ecologistas acreditaram poder ou quiseram, deliberadamente, evitar fundamentar suas propostas numa crítica do capitalismo do tipo marxiano ou marxista. Atenuaram, ou até apagaram, a importância das relações entre o que chamam de “produtivismo” e a lógica do lucro, da mesma forma que fizeram

silêncio sobre o papel central da propriedade privada na crise ecológica. Isso contribui fortemente para explicar que seu combate tenha sido destinado ao fracasso ou, pior, à recuperação pelo sistema. A ausência de uma postura anticapitalista levou a maioria dos partidos verdes europeus a se tornarem simples parceiros “ecorreformistas” da gestão social – liberal do capitalismo pelos governos dirigidos por partidos sociais-democratas ou stalinistas arrependidos. (2003, p. 45).

O que se extrai da análise dessas três formas fundamentais, mercadoria, dinheiro e capital, dessa *tríade fetichóide*⁶⁷, no que concerne ao problema do produtivismo, é uma via de explicação que esclarece sua lógica subjacente. O horizonte de discussão que essa abordagem pode ensejar, nesse sentido, não é propriamente se ela deixa margem maior ou menor para interpretações produtivistas. Ou seja, pode-se questionar, muitos o fazem, a via explicativa proposta por Marx, mas é difícil, no que concerne a essas três formas aqui abordadas, defender que ela seja de viés produtivista.

As análises falam por si, e aqui o que se buscou foi justamente trazê-las à baila. Vale ressaltar, de resto, que essas análises representam parte axial da obra magna do autor – por isso o destaque dado no início do trabalho a *O Capital* –, segundo ele mesmo a mais difícil – “[...] o capítulo I é o que oferece maior dificuldade à compreensão, notadamente a seção que contém a análise da mercadoria”⁶⁸ –, e talvez a mais crucial: “[...] o próprio Marx sublinhou explicitamente que a sua análise da mercadoria era a parte mais fundamental e a mais revolucionária das suas investigações.”⁶⁹ Mas não são só as análises das formas presentes em *O Capital* que oferecem margem para a discussão do tema.

⁶⁷ (MOURA, 2004, p. 42).

⁶⁸ (MARX, 2011a, p. 13).

⁶⁹ (JAPPE, 2013, p. 24). Importância sublinhada ainda por Moura ao citar carta do próprio Marx à Engels afirmando esse destaque. (2004, p.251).

4 TRABALHO E FORÇAS PRODUTIVAS

No desenvolvimento da racionalidade capitalista, a *irracionalidade* se converte em razão: razão como desenvolvimento frenético da produtividade, como conquista da natureza, como incremento da riqueza de bens; mas irracional, porque a alta produção, o domínio da natureza e a riqueza social se convertem em forças destrutivas. (MARCUSE)

A noção de trabalho é fundamental no pensamento de Marx. Na verdade, a abordagem concernente ao trabalho, onde ele propõe uma diferenciação radical entre o trabalho enquanto produção de valor de uso e trabalho em sua variação capitalista, funciona como lastro para sua análise do trabalho alienado, ponto chave de sua crítica ao capitalismo. Essa distinção é analisada aqui no intento de propor uma aproximação entre a ideia de trabalho alienado e a de produtivismo. Além disso, discute-se a questão do desenvolvimento das forças produtivas, defendido por Marx e muito questionado por alguns autores ligados à crítica ecológica, no sentido de analisar essa proposta de desenvolvimento a partir de um cotejo com as abordagens referentes ao trabalho.

4.1 Trabalho

É preciso trabalhar, é preciso produzir. Essa poderia ser a expressão lapidar do produtivismo. O encômio ao trabalho é outra de suas facetas. A visão, digamos, entusiástica em relação ao trabalho tem longa data e não foi só a religião que prestou seu contributo para o ensejo de uma atmosfera favorável a essa nova forma de “devoção”, a saber, o trabalho.⁷⁰ No caso da religião, antes de Max Weber, Marx

⁷⁰ “Dedicando-se ao seu trabalho com toda a sua alma, ricos e pobres estavam convencidos de praticar uma forma de devoção. Mas como julgar sua eficácia? Pelos seus frutos, evidentemente, sinal de que agrada a Deus. O lucro e a riqueza só têm sabor de pecado se desviam do labor e conduzem à satisfação. Eles adquirem, pelo contrário, um valor de confirmação religiosa quando encorajam a procura do lucro para reinvesti-lo (...) Segundo uma lógica impiedosa, provar a sua fé pelo trabalho e pelo sucesso profissional as impulsiona a se superarem na busca da salvação (...). Nos templos da reforma pregam-se sermões destinados a fortalecer esses cristãos em sua nova fé. Aqueles que correram o risco de propagá-la não esperavam nenhuma outra consequência e não visavam outro objetivo. Ora, as necessidades da luta e a evolução das doutrinas os engajam nos

sublinhou essa importância. A escola é outro bom exemplo de instituição nesse sentido. Ela, no devido tempo, foi fundamental na transformação do *corpo brincante* em *corpo de trabalho*⁷¹. O trabalho é uma categoria fundamental não só em *O Capital*, mas para o pensamento de Marx de forma mais ampla. Ele

em sua “forma sensível”, assume sua significação universal na filosofia de Marx. Ele se torna não só a chave para entender as determinações inerentes a todas as formas de alienação, mas também o centro de referência de sua estratégia prática apontada para a superação real da alienação capitalista. (MÉSZÁROS, 2006, p. 86).

É na abordagem concernente ao trabalho que Marx desenvolve a noção – tão cara aos autores que defendem o caráter ecológico de sua filosofia – de metabolismo (*Stoffwechsel*) entre homem e natureza, seu *corpo inorgânico*.

Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira seu corpo *inorgânico*, tanto na medida em que ela é 1) um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem *vive* da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.” (MARX, 2008, p. 84).

Até aqui se destaca esses dois pontos, a importância da noção de trabalho na filosofia de Marx; e o “culto” ao trabalho muito próprio do produtivismo. Sinais de confluência? Ora, parece um ponto interessante a investigar e provavelmente passível de controvérsias concernentes ao problema que nos ocupa. Antes de mais, é preciso pensar no trabalho na perspectiva de Marx. Para ele o trabalho é uma atividade que entrelaça homem e natureza. Por intermédio do trabalho o homem interage com a natureza – seu corpo inorgânico – modificando-a no sentido de torná-

negócios e na economia. Assim, o ‘espírito do capitalismo’ é uma consequência não desejada, mas necessária, da disciplina protestante. Puros princípios filosóficos ou ideológicos não teriam dado semelhante têmpera a esses comerciantes e artesãos não teriam feito deles ‘santos conscientes deles mesmos’. Somente uma ética ancorada na religião, Weber está convencido disso, dispensa esses benefícios psicológicos e provoca mudanças tão duráveis.” (MOSCOVICI, 2011, respectivamente, p. 264 e 266).

⁷¹ (ANTUNES, 2014)

la útil para a humanidade que a utiliza como fonte de obtenção dos seus meios de sobrevivência. Essa relação tem caráter crucial para o homem e isso não se deve tão somente ao fato de que dela depende sua própria sobrevivência, o que já seria mais que suficiente. Ao modificar a natureza o homem transforma a si mesmo, e mais, é por intermédio desse intercurso que ele confirma o seu diferencial em relação às outras espécies, ele tem, portanto um papel central. Vejamos mais de perto os pontos que atribuem a essa relação importância tão singular e seus desdobramentos.

Essa relação ganha destaque já nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, fruto do interesse que Marx passou a nutrir pelo estudo dos clássicos da economia política, disciplina que então passou a ser alvo de sua crítica. Embora essa obra não tenha sido publicada durante a vida de Marx, e talvez estivesse também destinada à *crítica roedora dos ratos*, foi um dos textos do autor mais discutidos. É considerado por Mészáros “o primeiro sistema abrangente de Marx”⁷² e não só uma das obras dele mais comentadas, mas a obra, no âmbito das publicações de filosofia, mais discutida no século XX:

O número de livros e artigos escritos sobre os *Manuscritos de 1844*, ou que a eles se referem, é incontável. Trata-se, inquestionavelmente, da obra filosófica mais discutida no século XX. Nas discussões, contudo, frequentemente não se percebe que ela é também uma das mais complexas e difíceis obras da literatura filosófica. (MÉSZÁROS, 2006, p. 17).

Primeiro destaque, essa relação é condição indelével da sobrevivência humana. Para viver, é imprescindível ao homem estabelecer o intercâmbio com a natureza, que lhe fornece seus meios de vida. Esse metabolismo é efetuado na prática pelo trabalho. Nessa perspectiva, enquanto relação com a natureza, *conditio sine qua non* da existência humana, essa atividade é ahistórica, é indispensável seja qual for o recorte temporal em questão. Os modos como essa relação efetivamente acontece ao longo do tempo demonstram as suas especificidades, suas peculiaridades históricas. Por ser a atividade através da qual o homem assegura sua sobrevivência, ganha o nome de atividade vital. Além de ser vital para o homem, ela também confirma efetivamente sua especificidade enquanto espécie. Enquanto os

⁷² (MÉSZÁROS, 2006, p. 21).

outros animais têm uma atividade vital limitada – sua produção, o uso que faz da natureza é circunscrito e determinado pelas restrições próprias a cada espécie, por exemplo, é típico da abelha a produção do mel e isso exclui qualquer outro tipo de produção –, o homem tem uma possibilidade produtiva ampla, universal, a utilização que ele faz da natureza não é ditada por fatores limitantes inerentes a sua própria espécie. A atividade vital do homem, ao contrário do que ocorre nas outras espécies, é livre na medida em que obedece a sua própria vontade, é fruto de sua deliberação, não segue os condicionantes instintivos que caracterizam a atividade dos outros animais. O homem faz de sua atividade vital uma atividade orientada por sua vontade e consciência. Essa disposição aberta de utilização da natureza é o que confirma a universalidade do homem, o distingue em relação aos outros animais. A atividade vital do homem é, portanto, um traço distintivo da espécie.

O animal é imediatamente um com a sua atividade vital. Não se distingue dela. É *ela*. O homem faz de sua atividade vital mesma um objeto da sua vontade e da sua consciência. Ele tem atividade vital consciente. Esta não é uma determinidade (*Bestimmtheit*) com a qual ele coincide imediatamente. A atividade vital consciente distingue o homem imediatamente da atividade vital animal. Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. Ou ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico. Eis por que a sua atividade é atividade livre. (MARX, 2008, p. 84).

Além de uma atividade que lhe é característica, o trabalho é a atividade através da qual o homem se autoconstitui, realiza seu *ser genérico*. O homem torna-se homem ao exercitar essa atividade que é apanágio de sua qualidade diferenciada, assim se confirma enquanto espécie. Ademais, em *O Capital*, Marx destaca outra peculiaridade: nessa atividade transparece manifestações da subjetividade humana. A ação humana na produção de seus meios de vida é sempre precedida pela prefiguração mental daquilo a ser produzido. Antes do ato mesmo, o homem antecipa em sua imaginação aquilo que pretende produzir, há um *télos* inerente a essa ação e a perpassa integralmente. Marx sintetiza, nessa passagem bastante citada de *O Capital*, a noção de trabalho, que, aliás, exceto pela ausência da ideia de “ser genérico”, não dista da abordagem presente nos *Manuscritos de 1844*.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (...) Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. (Marx, 2011a, p. 211-212).

Essa finalidade prévia é condizente com o tipo de subjetividade própria do grupo social no qual esse homem está inserido.

Há um processo semiótico subjacente à produção de valores de uso; o *finish*, que a acompanha, participa da etiologia do objeto prático resultante ao final, prefigurando na mente do trabalhador e, antes, na cultura, que o enformou, uma mensagem antecipadora do objeto resultante e reiteradora da figura do ser social. Pela produção de seus meios de vida, os homens também reproduzem a organização social a que pertencem. (MOURA, 2004, p. 152).

Todos esses pontos caracterizam o trabalho de um modo mais geral, num sentido abstrato, trabalho enquanto mediação entre homem e natureza em função da produção de valores de uso, e, como tal, comum a qualquer forma de socialidade humana, independente de suas singularidades históricas, como condição indelével da existência humana. Partindo dessa relevância singular atribuída ao trabalho por Marx é possível apreender o conjunto de consequências associadas a um de seus modos históricos específicos, o modo de produção capitalista, o sistema produtor de mercadorias. Para Marx a forma em que se estrutura o trabalho nesse modo de produção – forma, aliás, contingente e transitória – descaracteriza essencialmente essa atividade que é até mesmo apanágio diferencial do homem. Destarte, é razoável pensar em dois *trabalhos* em Marx. Trabalho num sentido mais amplo e genérico enquanto atividade vital e trabalho em sua vertente capitalista, trabalho

alienado, ou, como prefere Jesus Ranieri, trabalho estranhado.⁷³ John Holloway menciona não só dois tipos de atividade, mas ressalta ainda o *antagonismo* existente entre ambas:

O jovem Marx se refere a um contraste entre trabalho alienado e atividade vital consciente (...) O contraste entre o trabalho alienado e a atividade vital consciente é um antagonismo vivo. Em relação ao presente, entretanto, a atividade vital não pode ser totalmente consciente, porque não controlamos a nossa atividade vital na sociedade capitalista: é, na verdade, uma aspiração à atividade vital consciente que se choca contra o movimento contrário, a alienação que priva a nossa atividade da determinação consciente. (HOLLOWAY, 2013, p. 97).

A oposição, proposta por Holloway, entre trabalho alienado e atividade vital, denota um sentido confluyente com a contraposição, dessa vez apontada por Mézáros, entre duas formas de mediação:

O que Marx combate como alienação não é a mediação em geral, mas uma série de mediações de segunda ordem (**propriedade privada – intercâmbio – divisão do trabalho**), uma “mediação da mediação”, isto é, uma mediação *historicamente específica* da automediação *ontologicamente fundamental* do homem com a natureza. Essa “mediação de segunda ordem” só pode nascer com base na ontologicamente necessária “mediação de primeira ordem” – como a *forma* específica, *alienada*, desta última. Mas a própria “mediação de primeira ordem” - a atividade produtiva como tal – é um fator ontológico absoluto da condição humana. (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

A *atividade vital consciente* é uma *forma de mediação* de primeira ordem, não corrompida, não *alienada*, pela interposição de outra *mediação de segunda ordem* no intercâmbio fundamental entre homem e natureza, concretizado por intermédio

⁷³ Ranieri, tradutor da edição dos *Manuscritos* aqui utilizada, propõe uma distinção entre os termos alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*): “*Entäusserung* significa remeter para fora, extrusar, passar de um estado a outro qualitativamente distinto. Significa, igualmente, despojamento, realização de uma ação de transferência, carregando com sigilo, portanto, o sentido da exteriorização (que, no texto ora traduzido, é uma alternativa amplamente incorporada, uma vez que sintetiza o movimento de transposição de um estágio a outro de esferas da existência), momento de *objetivação humana* no trabalho, por meio de um produto resultante de sua criação. *Entfremdung* ao contrário, é objeção socioeconômica à realização humana, na medida em que veio, historicamente, determinar o conteúdo do conjunto das exteriorizações – ou seja, o próprio conjunto de nossa socialidade – através da apropriação do trabalho, assim como da determinação dessa apropriação pelo advento da propriedade privada. Ao que tudo indica, a unidade *Entäusserung-Entfremdung* diz respeito à determinação do poder do estranhamento sobre o conjunto das alienações (ou exteriorizações) humanas, o que, em Marx, é possível perceber pela relação de concetricidade entre as duas categorias: invariavelmente as exteriorizações (*Entäusserungen*) aparecem no interior do estranhamento, ainda que sejam inelimináveis da existência social fundada no trabalho humano.” (RANIERI, 2008, p. 16).

do trabalho, no sentido de atividade livre e consciente, não só distinto, mas contrário ao trabalho alienado – tipo historicamente particular de atividade.

O trabalho (trabalho alienado) é o que nós rejeitamos: é uma atividade que não controlamos, uma atividade que produz o mestre, que produz o capital. O trabalho (alienado) é o inimigo: não queremos trabalhar. Mas no pano de fundo há outra possibilidade (potencial, sonho?): engajar-se na atividade livre e consciente, atividade vital consciente. Aqui não há apenas um contraste, mas um antagonismo: entre trabalho alienado e atividade vital consciente. (HOLLOWAY, 2013, p. 89).

Como se instaura essa alienação e qual o seu raio de contágio? Um ponto seminal no processo de alienação do trabalho é a maneira como o produtor se relaciona com o produto de seu próprio trabalho. Na modalidade capitalista de trabalho, o resultado final da atividade pertence ao proprietário dos meios de produção, este que aluga a força de trabalho de seu possuidor por determinado tempo e, por conta desse expediente, adquire o direito de posse do resultante da produção nesse intervalo de tempo. Destarte, o fruto do trabalho, materializado na forma de um objeto, de uma mercadoria, é alheado do seu produtor.

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios. (MARX, 2011b, p. 665-666).

Esse objeto torna-se, para quem o produz, algo estranho, no sentido de que é posse de outrem. Por isso mesmo, configura um objeto totalmente indiferente para seu produtor. A razão de fazê-lo repousa pura e simplesmente na remuneração obtida por tê-lo produzido, o salário – um simples custo obrigatório do capital e do capitalista, tal qual o “*óleo que se põe na roda para mantê-la em movimento*”⁷⁴. A objetivação (*Vergegenständlichung*) do trabalho numa coisa independente do seu produtor não significa apenas que o fruto do trabalho é separado do seu produtor, mas representa também uma sujeição deste a essa materialidade estranhada – “a objetivação como *perda do objeto e servidão ao objeto*, a apropriação como

⁷⁴ (MARX, 2008, p. 92).

estranhamento (Entfremdung), como *alienação (Entäusserung)*⁷⁵. A razão de ser do trabalho não é outra senão essa coisificação, nela encontra sua determinação central, “o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto”⁷⁶. Não há prazer, não há um sentido maior ou qualquer outro tipo de motivação subjacente à realização desta faina. Esse estranhamento, ou alienação, está no centro de um amplo complexo de alienações interconectadas.

Se o produto do trabalho manifesta-se como um objeto estranho ao trabalhador, uma coisa que ele não possui – pensando em termos atuais, muitas vezes o trabalhador nem mesmo sabe o que produz, ou melhor, onde aquela sua produção parcial, aquela componente específico de outro produto mais complexo, se encaixa para formar o objeto final –, isso é sintoma inequívoco de que a própria atividade na qual está engajado é por si mesma essencialmente alienada. A atividade produtiva assim realizada é a própria alienação em estado ativo.

Mas o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva*. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio (*fremd*) ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo (*Resumé*) da atividade, da produção. Se, portanto, o produto do trabalho é a exteriorização, então a produção mesma tende ser a exteriorização ativa, a exteriorização da atividade, a atividade da exteriorização. No estranhamento do objeto do trabalho resume-se somente o estranhamento, a exteriorização na atividade do trabalho mesmo. (MARX, 2008, p. 82).

No trabalho, assim caracterizado, o homem, ao invés de se afirmar enquanto espécie diferenciada, de efetivar sua diferença específica, nega esse caráter singular. Nesse tipo de trabalho ele não desenvolve suas potencialidades físicas e espirituais como haveria de se esperar. Ali, no seu ato produtivo, só se encontra infeliz, *fora de si*⁷⁷. Sua atividade não é a realização de uma necessidade inerente, mas meramente um meio de assegurar sua sobrevivência e só por força desse motivo ele se dispõe a exercer essa atividade que lhe é externa, não só por ser o seu fruto um objeto dele separado e hostil, mas também na medida em que, nessa tarefa, é compelido a alugar sua força de trabalho para outrem, o possuidor dos

⁷⁵ (MARX, 2008, p. 80).

⁷⁶ (MARX, 2008, p. 81).

⁷⁷ (MARX, 2008, p. 83).

meios de produção. O trabalhador não percebe o trabalho como se fosse seu, uma vez que é atividade desvinculada de sua volição mais íntima e, em última instância, serve mais a outrem do que a ele mesmo. Trabalho, nesses termos, é atividade involuntária, atividade forçada, o que Marx faz questão de frisar:

Primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. (...) O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dela. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, com se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (MARX, 2008, p. 82-83).

De acordo com Raymond Aron,

para compreender um itinerário filosófico, deve-se seguir seu desenvolvimento e tentar fazer a discriminação entre os temas ou as inspirações que foram constantes durante esse itinerário e as etapas de pensamento cambiantes a cada momento. (ARON, 2003, p. 68).

No contexto do pensamento de Marx, o trabalho é sem dúvida uma das *inspirações constantes*. Não por acaso Mészáros assevera que para Marx ele é,

não só a chave para entender as determinações inerentes a todas as formas de alienação, mas também o centro de referência de sua estratégia prática apontada para a superação real da alienação capitalista. (2006, p. 86).

É no mínimo curioso, em relação a esse tema do trabalho alienado, notar certo detalhe biográfico da vida de Marx. A aversão a esse tipo de trabalho não constitui para o autor tão somente questão teórica, aliás, muito cedo manifestou o interesse associado à questão do trabalho. Já em um dos seus primeiros escritos, aos 17 anos, como mostra Jacques Attali, demonstra preocupação com o tema da vocação:

Os primeiros textos de Marx de que se tem notícia são três dissertações escritas nesse ano [1835], quando é aluno do Liceu. A terceira, (Reflexões de um jovem sobre a escolha de uma vocação), é a mais esclarecedora sobre os rumos que tomará sua vida. (ATTALI, 2007, p. 29-30).

E, ainda no mesmo ano, o início de sua vida universitária marca também o começo de sua reflexão sobre o trabalho obrigado:

Assim tem início a complexa relação de Karl com o dinheiro, feita de fascínio e ódio, que logo haverá de deixá-lo inclusive doente. Assim começa também sua análise do trabalho obrigado, para ganhar a vida. Do trabalho assalariado, do trabalho explorado. E mesmo, como veremos, de toda forma de separação forçada de uma obra das mãos daquele que a produziu. (IBID., p. 31).

Suas análises críticas foram motivadas também por suas vivências pessoais concernentes à condição de assalariado, conforme o mesmo biógrafo:

Ao mesmo tempo, sem querer ele fala de si mesmo nesse texto [Manuscritos de 1844]: Ele que já agora recusa qualquer emprego assalariado concentra sua análise na alienação pelo trabalho; ele que já vivenciou com tanta dificuldade a condição de assalariado como redator chefe de duas revistas submetidas aos caprichos de seus comanditários, vai transformar sua própria relação com o dinheiro na base de uma teoria universal; ele que tem a maior dificuldade para entregar um manuscrito a um editor enxerga precisamente o fundamento da alienação na separação entre o homem e sua obra; ele que só tem como ofício escrever considera que uma sociedade ideal seria aquela em que cada um pudesse entregar-se gratuitamente a todos os ofícios que se sentisse capaz de exercer. (IBID., p. 82-83).

E só muitos anos depois, no inverno de 1862-1863, quando então a família encontra-se em situação financeira muito difícil, hesita em sua decisão de recusa do trabalho assalariado:

Karl pensa até em procurar um trabalho assalariado. Candidata-se a um emprego burocrático na companhia ferroviária, mas sua caligrafia ilegível (quem sabe voluntariamente, nesse dia...) lança o projeto por terra. Ele fica aliviado. Seria a única tentativa nesse sentido. (IBID., p. 221).

A única tentativa... Suas experiências pessoais com o “trabalho” devem ter sido suficientes para ele provar na pele outra dimensão da atividade alienada. Ao modificar radicalmente a atividade vital do homem, transformando-a num mero

artifício para a satisfação de necessidades imediatas e voltadas para a simples manutenção da sobrevivência de seu executor, a alienação termina por atingir o próprio homem. Não poderia ser diferente, uma vez que a alienação compromete a atividade através da qual ele se constitui e se confirma, atividade que traduz sua interação com a natureza, relação da qual deriva o processo de formação humana. No trabalho alienado o homem encontra-se desumanizado. O trabalho, assim caracterizado, “é o *homem totalmente perdido de si*”⁷⁸. Perdido de si e perdido em relação aos outros homens. As relações estabelecidas sob a égide desse amplo horizonte de estranhamento, onde uns vendem sua força de trabalho e produzem para outrem – o possuidor dos meios de produção – são niveladas por um mesmo diapasão – a alienação. Os indivíduos consideram-se uns aos outros a partir da perspectiva alienada patente nas relações de produção. Explorador e explorado são polaridades de uma relação reificada.

Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que o homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana (...) Na relação do trabalho estranhado cada homem considera, portanto, o outro segundo o critério e a relação na qual ele mesmo se encontra como trabalhador. (Marx, 2008, p. 86).

A natureza, por sua vez, não escapa a essa reificação. A natureza é o lastro no qual a atividade produtiva do homem se efetiva. Sendo esta produção concretizada por meio de uma atividade alienada, necessariamente a natureza será vista também sob esse ponto de vista alienado. A qualidade da interação entre o homem e a natureza é modificada, há uma *falha metabólica*⁷⁹ na relação humana com a natureza. A alienação do trabalho está diretamente atrelada a essa *falha* no metabolismo orgânico entre homem e natureza e essa conexão, conforme Bellamy Foster, não era estranha a Marx.

Embora haja uma longa história de denúncias contra Marx por falta de preocupação ecológica, hoje, após décadas de debate, está claríssimo que esta visão absolutamente não condiz com as evidências. (...) Desde o princípio, a noção de Marx da alienação do trabalho humano esteve conectada a uma compreensão da alienação dos seres humanos em

⁷⁸ (MARX, 2008, p. 91).

⁷⁹ (FOSTER, 2005, p. 10).

relação à natureza. Era esta alienação bilateral que, acima de tudo, era preciso explicar *historicamente*. (FOSTER, 2005, p. 23).

Não custa lembrar, e Marx faz questão de fazê-lo, que o homem faz parte da natureza. A alienação alcança, portanto um conjunto de relações estabelecidas pelo homem. O objeto do trabalho, a natureza, o próprio trabalhador, sua atividade, seu semelhante, todos envoltos na trama inextricável da alienação. Explicitar essa teia é a insígnia maior dos *Manuscritos de 44* conforme Jesus Ranieri:

Precisamente, a marca maior dos *Manuscrito econômico-filosóficos* está na demonstração do estranhamento genérico do ser humano sob o pressuposto do trabalho subordinado ao capital. (2008, p.13).

Os fios dessa rede estão emaranhados em torno de um sistema produtivo guiado pelo movimento de retroalimentação do capital, sistema produtor de mercadorias, cujo *leitmotiv* é a valorização do valor e o aumento ilimitado dessa riqueza abstrata gerada na esfera da produção – “o trabalhador produz o capital; o capital produz o trabalhador” (MARX, 2008, p. 91). Em tal sistema, o resultado do trabalho humano é reduzido a uma coisa estranha e hostil a seu produtor, o próprio homem torna-se mais uma mercadoria, *um ser desumanizado*⁸⁰, na medida em que aluga sua força de trabalho e realiza em seu labor uma atividade forçosa, motivada meramente pela necessidade de manutenção de sua existência.

A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. (Marx, 2008, p. 24).

Já a natureza tem seu status rebaixado à condição de um mero repositório de matéria prima para a produção – uma natureza também coisificada a serviço de um produtivismo cego. O trabalho alienado é um modo de trabalho essencialmente produtivista. Esse sistema notabiliza-se pelo sinal da desmedida, do excesso e da exploração inerentes a sua estrutura de funcionamento.

Cada homem especula sobre como criar no outro um *nova* carência, a fim de forçá-lo a um novo sacrifício, colocá-lo em nova sujeição e induzi-lo a um novo modo de *fruição* e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial *estranha* sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. Com

⁸⁰ (MARX, 2008, p. 92).

a massa dos objetos cresce, por isso, o império (*Das Reich*) do ser estranho ao qual o homem está submetido e cada novo produto é uma nova *potência* da recíproca fraude e da recíproca pilhagem. O homem se torna cada vez mais pobre enquanto homem, carece cada vez mais de *dinheiro* para se apoderar do ser hostil, e o poder de seu *dinheiro* cai precisamente na relação inversa da massa de produção, ou seja, cresce sua penúria (*Bedürftigkeit*) a medida que aumenta o poder do dinheiro. – A carência de dinheiro é, por isso, a verdadeira carência produzida pela economia nacional e a única carência que ela produz. – A *quantidade* de dinheiro se torna cada vez mais seu atributo *poderoso*; assim como ele reduz todo o ser à sua abstração, reduz-se ele em seu próprio movimento a ser *quantitativo*. A *imoderação* e o *descomedimento* tornam-se a sua verdadeira medida... (MARX, 2008, p. 139).

Um regime de exploração e *descomedimento* sinalizado nos *Manuscritos* e cuidadosamente esmiuçado em *O Capital*. Esse quesito, a noção de trabalho delimitada por Marx, parece corroborar a assertiva de Raymond Aron:

Se quem conhece *O Capital* quiser reler o *Manuscrito de 1844* à luz dessa análise particular, verá inúmeros exemplos desse mecanismo que indico. Os temas de *O Capital* estão presentes no *Manuscrito* sem a demonstração científica que intervirá dez ou 20 anos mais tarde. (2003, p. 158).

4.2 Forças Produtivas

Constatado o processo de alienação, como proceder para sua desarticulação? Em que condições o trabalho não seria mais alienado? A análise crítica de Marx sobre a alienação se traduz também como proposta de sua superação, possui caráter agônico em relação a esta. Esse ponto de vista crítico e imperativo de superação, vale ressaltar, não redundando numa mirada nostálgica, como ressalta Mészáros:

Assim, o protesto de Marx contra a alienação, a privatização e a reificação não o envolve nas contradições da idealização de algum tipo de “estado natural”. Não há vestígio de uma nostalgia romântica ou sentimental da natureza em sua concepção. Seu programa, nas referências críticas aos “apetites artificiais” etc., não advoga um retorno à “natureza”, a uma série “natural” de necessidades primitivas, ou “simples”, mas a “plena realização da *natureza do homem*”, por intermédio de uma atividade humana adequadamente *automedidora*. (MÉSZÁROS, 2006, p. 81).

Um pré-requisito para essa superação é a abolição do valor. Para tanto é indispensável a superação da escassez. A escassez é um suporte do valor. Ninguém iria produzir, muito menos comprar algo que estivesse fartamente disponível na natureza, ainda que este algo fosse necessário. O ar, para citar um exemplo, é condição da vida, mas não é passível – ainda? – de mercantilização. Para debelar a escassez é preciso alcançar a abundância. O comunismo para Marx deve ser uma estrutura social alicerçada na abundância. Portanto o indispensável aumento das forças produtivas.

As forças produtivas representam a capacidade de uma sociedade historicamente determinada de produzir, de incorporar o material natural ao ciclo social reprodutivo humano. Combinam os meios de produção e a força de trabalho. São condizentes com o aparato técnico, os conhecimentos científicos e o tipo de organização do trabalho coletivo dessa sociedade. A definição sugerida por Gerald Cohen oferece particularidades:

As forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro. Os meios de produção são recursos produtivos físicos: ferramentas, maquinaria, matéria-prima, espaço físico etc. A força de trabalho inclui não apenas a força física dos produtores, mas também suas habilidades e seu conhecimento técnico (que eles necessariamente não dominam), aplicados quando trabalham. Marx diz – e estou de acordo com ele – que esta dimensão subjetiva das forças produtivas é mais importante do que a dimensão objetiva ou dos meios de produção; e, no interior da dimensão mais importante, a parte mais apta ao desenvolvimento é o conhecimento. Logo, em seus estágios posteriores, o desenvolvimento das forças produtivas é, em grande medida, uma função do desenvolvimento produtivamente útil da ciência. (2010, p. 64).

O desenvolvimento dessas forças é preconizado por Marx como algo indispensável para o empreendimento de um novo modelo social. Marx, conclui Raymond Aron a esse respeito,

Ele é demasiado inteligente para ser contra as máquinas e contra a transformação incessante dos meios de produção. É um admirador do caráter revolucionário do capitalismo. Tudo que se ouvia contra o progresso técnico havia apenas alguns anos, e que ainda se ouve às vezes hoje, lhe pareceria monstruosamente absurdo. Mas, simultaneamente, ele acha que, no âmbito de um regime de propriedade privada, essa transformação incessante das condições de produção aumenta a exploração operária e multiplica a infelicidade da classe operária. (2003 p. 314).

Esta aí anunciada uma visão bastante dialética. O capitalismo, por mecanismo inerente a sua própria estrutura de funcionamento, tende a revolucionar incessantemente os meios de produção, com isso estimula o desenvolvimento das forças produtivas humanas. Entre outros, por conta de seu imperativo de auto expansão e da competitividade que lhe é característica. Nenhum produtor pode se dar ao luxo de desprezar os novos mecanismos de produção, e todos estarão dispostos a incorporar e incentivar a criação de novos métodos produtivos uma vez que isso represente vantagens em relação aos concorrentes, economia de custos e, a curto prazo, aumento de lucros. Essa é a faceta, digamos, elogiável da ascendência da burguesia e do capitalismo em alguns de seus corolários, como a criação de um mercado mundial, e é reconhecida no *Manifesto do Partido Comunista* (2007), onde ele escreve, segundo Jacques Attali, “as mais belas páginas publicadas em louvor da burguesia”⁸¹. Em *O Capital*, Marx afirma a importância do desenvolvimento das forças produtivas, estimulado pela lógica do capital, para a criação das condições que possibilitariam a realização de uma *forma social superior*.

O capitalista só possui um valor perante a História e o direito histórico à existência enquanto funciona personificando o capital. Sua própria necessidade transitória, nessas condições, está ligada à necessidade transitória do modo capitalista de produção. Mas, ao personificar o capital, o que o impele não são os valores-de-uso de sua fruição, e sim o valor-de-troca e sua ampliação. Fanático da expansão do valor, compele impiedosamente a humanidade a produzir por produzir, a desenvolver as forças produtivas sociais e a criar as condições materiais de produção, que são os únicos fatores capazes de constituir a base real de uma forma social superior, tendo por princípio fundamental o desenvolvimento livre e integral de cada indivíduo. (MARX, 2011b, p. 690).

A *produção pela produção*, na verdade, como ele já indica, produção pela expansão do valor, redundando em um desenvolvimento que, possivelmente, enseja as condições de superação do capitalismo. Esse é um aspecto do pensamento de Marx bastante questionado quando o tema de sua possível ecologia está em questão. Estaria traduzido nessa visão “desenvolvimentista” o seu suposto produtivismo. É preciso, porém, cotejar e balizar esse aparente otimismo com outros aspectos de sua filosofia. O interesse de Marx pelo progresso técnico é inegável e cedo manifestou-se, como procura mostrar um de seus biógrafos, Jacques Attali – este,

⁸¹ (2007, p. 117).

inclusive, intitula seu livro *Karl Marx ou o espírito do mundo* em função de sua “curiosidade incansável, universal, entusiástica, sempre disponível para o novo”⁸²:

Karl interessa-se por tudo, particularmente e cada vez mais pelo progresso técnico. Vivamente interessado nas utilizações iniciais da eletricidade (servindo à iluminação de algumas ruas), ele fica igualmente fascinado ao saber que, a 24 de maio de 1844, Samuel Morse fez uma experiência com uma linha telegráfica entre Washington e Baltimore. Ele vê aí o prenúncio de uma mutação do capitalismo que servirá para acelerar as comunicações e aumentar a produtividade do trabalho. (2007, p. 77).

No aspecto que interessa aqui – o desenvolvimento dos meios de produção –, não é difícil imaginar, reportando-se à sua concepção de trabalho alienado e toda análise crítica concernente à exploração dos trabalhadores no capitalismo, que o fascínio de Marx nesse sentido seja muito mais em função do que esse desenvolvimento possa representar em termos de liberação do homem do trabalho do que no incremento dos objetos produzidos. A questão precípua não é produzir mais, e sim, produzir com mais diligência e conseqüentemente dispensar, tanto quanto possível, o homem do trabalho. Esse é o critério, aliás, sugerido por Gerald Cohen para avaliar esse desenvolvimento:

Argumento (na seção 6 do capítulo II de KMTM) que o padrão relevante para medir esse crescimento deve ser quanto (ou melhor dizendo, o quão pouco) trabalho deve ser gasto com dadas forças para produzir o que é exigido para a satisfação das necessidades físicas ineludíveis dos produtores imediatos. (2010, p. 65).

Pode-se ainda mencionar Raymond Aron em uma de suas respostas à questão sobre em que condições o trabalho não seria mais alienado:

(...) a resposta seria: não mais trabalhar. O que, naturalmente, é difícil conceber. Mas não é impossível pensar que à medida que aumenta a produtividade do trabalho os homens possam trabalhar menos. (2003, p. 181).

Trabalhar menos, cultivar o desenvolvimento de suas potencialidades, poder caçar pela manhã, pescar à tarde..., sem se tornar *isso*, ou *aquilo*, um homem *unidimensional* para usar expressão de Marcuse, enfim, propiciar o “desenvolvimento multifacetado dos indivíduos” (Marx, 2012, p.31). O trabalho que Marx valoriza e almeja para a sociedade futura tem a conotação de uma

⁸² (2007, p. 328).

*necessidade vital*⁸³, não é o trabalho assalariado a respeito do qual nutria, no mínimo, certa repugnância, como transparece na seguinte passagem de Attali, ao comentar o episódio em que Marx toma ciência do livro que o genro Paul Lafargue estava preparando:

É o momento escolhido por Lafargue para lhe revelar que está escrevendo um livro radicalmente hostil a toda a sua história política: *O direito à preguiça*. Debate então a questão com o sogro, que lhe abre sua biblioteca. No fundo, Karl sempre detestou o trabalho, apresentando-o desde o início de sua obra como principal causa da alienação, muito além das delimitações do capitalismo. Nunca desfraldou a bandeira do direito ao trabalho, do pleno emprego, que lhe parecem maneiras de os trabalhadores exigirem sua própria alienação. Não lhe é indiferente, portanto, a ideia de refletir sobre a melhor maneira de livrar-se do trabalho. Lafargue percebe então que Karl leu tudo sobre o tema, como sobre tantos outros. E descobre, estupefato, as anotações do sogro num exemplar de *Do direito à ociosidade e da organização do trabalho servil nas repúblicas grega e romana*, de Moreau-Cristophe, publicado em Paris em 1849. Também encontra em sua biblioteca uma brochura de Maurice Cristal publicada em 1861 e intitulada *O repouso do trabalho*. (2007, p. 334).

Cumprir notar: o *trabalho* a que se refere Attali é, sobretudo, o trabalho alienado, assalariado, criticado por Marx desde *Os Manuscritos de 1844* – conforme Mézáros: “Toda a abordagem de Marx é caracterizada por uma referência constante ao homem em oposição à condição de trabalhador assalariado”⁸⁴ –; e, o trabalho enquanto produção de valores de uso, é *conditio sine qua non* para a própria sobrevivência do homem.⁸⁵

⁸³ (MARX, 2012, p. 31). “Em outras palavras: apenas se o trabalho chega a ser uma *necessidade interior* do homem é que será possível referir-se a ele como ‘atividade livre’.” (MÉSZÁROS, 2006, p.170).

⁸⁴ (2006, p. 137).

⁸⁵ O Trabalho – certo tipo de trabalho – pode ser também, para Marx, uma *atividade da liberdade*: “‘Tu trabalharás com o suor do teu rosto!’ foi a maldição que Jeová lançou a Adão. E assim, como maldição, A. Smith concebe o trabalho. O ‘repouso’ aparece como o estado adequado, sinônimo de ‘liberdade’ e ‘felicidade’. A. Smith parece muito longe de imaginar que o indivíduo ‘em seu estado normal de saúde, força, atividade, habilidade, agilidade’ também tem a necessidade de uma porção normal de trabalho e de suspensão do repouso. Certamente, a própria medida do trabalho aparece dada externamente pelo objetivo a ser atingido e pelos obstáculos a serem superados pelo trabalho para a sua consecução. A. Smith sequer suspeita, porém, que essa superação de obstáculos é em si uma atividade da liberdade – e que além disso, as finalidades são despojadas da aparência de mera necessidade natural externa e são postas como finalidades que, em primeiro lugar, o próprio indivíduo põe –, logo, como autorrealização, objetivação do sujeito, daí liberdade real, cuja ação é justamente o trabalho. No entanto, A. Smith está certo, já que o trabalho, em suas formas históricas como trabalho escravo, servil e assalariado, sempre aparece como repulsivo, sempre como *trabalho forçado externo*, perante o qual o não trabalho aparece como ‘liberdade’ e ‘felicidade’. Isso vale duplamente: para esse trabalho contraditório; e, em conexão com isso, para o trabalho que ainda não

É preciso ainda pensar nas possíveis características da sociedade futura idealizada por Marx. Ele esboçou poucas pistas nesse sentido, não poderia ser diferente. No livro I de *O Capital*, algumas poucas linhas, e numa passagem de tom, digamos, mais informal. O pouco é suficiente aqui para uma rápida especulação. Uma associação de *homens livres* [*Verein freier Menschen*]; o trabalho, realizado com *meios de produção comuns*, uma atividade desalienada, exercida *conscientemente*; uma relação entre homem e natureza de vínculo direto, estabelecida sem uma *mediação de segunda ordem*⁸⁶; e seu fruto, um produto social, objetos diretamente úteis para seus produtores. Homens livres, em que sentido?

Levando-se em consideração toda sua análise crítica da exploração do trabalhador num sistema de produção autocentrado e unifocado numa corrida produtiva insana da qual almeja sorver o seu *sangue*... Não é difícil imaginar que sejam *livres* dessa sujeição, por isso mesmo, o trabalho há de ser atividade consciente, planejada por deliberação coletiva, a serviço dessa coletividade, voltada para a criação de uma riqueza concreta e a autossatisfação dessa sociedade – satisfação de necessidades *reais humanas*⁸⁷ e não de *desejos não humanos, requintados, não naturais e pretensiosos*⁸⁸. Por esse prisma, pode-se pensar que, mesmo quando “*todas as fontes da riqueza coletiva jorrarem em abundância*” (MARX, 2012, p. 32), o aumento da produção não deve redundar em um produtivismo. A seguinte passagem de Foster sobre a agricultura é ilustrativa nesse sentido, e sua abrangência não deve estar circunscrita a esse âmbito:

criou para si as condições, subjetivas e objetivas (ou, ainda, para o que as perdeu, em comparação com a condição pastoril etc.), para que o trabalho seja trabalho atrativo, autorrealização do indivíduo, o que de modo algum significa que seja puro divertimento, pura diversão, como o concebe Fourier de maneira muito superficial e ingênua. Os trabalhos efetivamente livres, p. ex., compor, são justamente trabalhos ao mesmo tempo da maior seriedade e do mais intenso esforço. O trabalho da produção material só pode adquirir tal caráter 1) se seu caráter social é posto, 2) se é simultaneamente trabalho de caráter científico e geral, e não esforço do ser humano como força natural adestrada de maneira determinada, mas como sujeito que aparece no processo de produção não só em forma simplesmente natural, emergindo diretamente da natureza [*naturwüchsig*], mas como atividade que regula todas as forças da natureza. Aliás, A. Smith tem em mente apenas os escravos do capital. (MARX, 2011, p. 509).

⁸⁶ (MÉSZÁROS, 2006, p. 78).

⁸⁷ (MÉSZÁROS, 2006, p. 98).

⁸⁸ (MARX, 2008, p. 139).

Marx não acreditava, embora essas visões sejam comumente atribuídas a ele, que a resposta para os problemas do desenvolvimento agrícola estivesse em simplesmente aumentar a escala de produção. Em vez disso, a sua análise lhe ensinou os riscos da agricultura de larga escala, e também que a questão principal era a interação metabólica entre os seres humanos e a terra. Daí a agricultura só poder ocorrer em escala relativamente grande onde fossem mantidas as condições de sustentabilidade – algo que ele acreditava ser impossível na agricultura capitalista de larga escala. (2005, p. 232).

Necessidades, se humanas, não são, nem tendem para uma ilimitação pois,

(...) no âmbito da riqueza concreta, se do ponto de vista da qualidade a satisfação das necessidades não configura, em princípio, limites, sendo seus contornos abertos; sob o prisma da quantidade, a delimitação parece evidente. O valor de uso das mercadorias só pode ser efetivamente desfrutado pelos indivíduos humanos em quantidades limitadas; apenas o consumo produtivo tende à ilimitação, enquanto substrato do processo de valorização, que caracteriza o capital, responsável pelo produtivismo desmedido. Reduzidas a simples objetos práticos, as mercadorias esbarram nos limites quantitativos das apetências humanas. Não se pode comer, beber, vestir, morar, transportar, etc., em quantidades ilimitadas. Pelo contrário, há limites físicos à capacidade individual (e, no somatório, à coletividade) de consumo. (MOURA, 2005, p. 63).

A perspectiva de Marx é a da satisfação dos indivíduos. Produção, portanto de valores de uso e abandono da forma valor. Uma socialidade centrada no consumo – sem sufixos – e não na produção. Consequentemente, aponta na direção de uma superação do produtivismo.

Dessarte, a escassez é um pilar crucial do valor, da vida social dos objetos práticos e, por conseguinte, do processo de valorização; e a instauração da abundância pelo desenvolvimento das forças produtivas permitiria, em princípio, a construção de um substrato real para a superação prática dos pressupostos da economia política, ou seja, para a consumação histórica de uma socialidade não-produtivista fundada na abundância. (MOURA, 2004, p. 185).

Uma especulação, sim, como anunciado no início do parágrafo, mas marcada com traços fortes do pensamento de Marx.

Por fim, a respeito dessa discussão sobre o desenvolvimento das forças produtivas, olvidar a crítica de Marx ao caráter destrutivo desse desenvolvimento, enquanto seu emprego é efetivado sob a égide do sistema de produção capitalista, seria um erro. A passagem seguinte, de forte teor ecológico, sintetiza esse caráter:

Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa nos grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio

material entre o homem e a terra, isto é, a volta à terra dos elementos do solo consumidos pelo ser humano sobre a forma de alimentos e de vestuário, violando assim a eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. Mas, ao destruir as condições naturais que mantem aquele intercâmbio, cria a necessidade de restaurá-lo sistematicamente, como lei reguladora da produção e em forma adequada ao desenvolvimento integral do homem. Na agricultura, como na manufatura, a transformação capitalista do processo de produção significa, ao mesmo tempo, o martirólogo dos produtores; o instrumental de trabalho converte-se em meio de subjugar, explorar e lançar à miséria o trabalhador, e a combinação social dos processos de trabalho torna-se a opressão organizada contra a vitalidade, a liberdade e a independência do trabalhador individual. (...) Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtêm-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. E todo progresso da agricultura capitalista significa progresso na arte de despojar não só o trabalhador, mas também o solo; e todo aumento da fertilidade da terra num tempo dado significa esgotamento mais rápido das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais se apoia na indústria moderna o desenvolvimento de um país, como é o caso dos Estados Unidos, mais rápido é esse processo de destruição. A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 2011a, p. 570-571).

Bom lembrar que *terra* aí pode ter conotação muito mais ampla como sugere Chesnais e Serfati:

É bastante sabido que os textos sobre o caráter progressista do capitalismo no plano da criação científica e tecnológica são constantemente qualificados sob o ângulo de suas consequências muito negativas para os trabalhadores. Menos frequentemente, apontou-se que alguns desses textos foram igualmente qualificados sob o ângulo de suas consequências nefastas para a “terra”, termo que é preciso considerar como uma abreviação para designar de modo muito mais amplo as condições naturais físicas, da produção e da reprodução. (2003, p. 48).

Marx refere-se à *terra*, com o mesmo brado de denúncia, em outros trechos de *O Capital*, um exemplo:

Pondo de lado o movimento dos trabalhadores que cresce ameaçador todos os dias, a limitação da jornada de trabalho nas fábricas foi ditada pela mesma necessidade que levou à disseminação do guano nos campos ingleses. A mesma rapacidade que esgotou as terras atacou a força vital da nação em suas próprias raízes. (MARX, 2011a, p. 277-278).⁸⁹

⁸⁹ Ainda sobre a “terra” é interessante acrescentar que: “Ademais, o conceito de falha metabólica de Marx na relação entre a cidade e o campo, entre os seres humanos e a terra, permitiu-lhe penetrar nas raízes do que foi às vezes chamado pelos historiadores de ‘segunda revolução agrícola’, que

O que explica essa dupla vocação destrutiva? O fato dessa transformação do *processo de produção* estar subordinado ao automatismo característico do processo de valorização do valor [*Verwertungs des Werts*], à lógica do lucro, e, o produtivismo está estreitamente entrelaçado a essa lógica – argumentos foram apresentados aqui em defesa de tal hipótese. Os novos meios de produção foram empregados – e isso não mudou – para ampliar o espectro de sujeição e exploração do trabalhador – de modo que “*ser trabalhador produtivo não é nenhuma felicidade, mas azar*”⁹⁰ –, o mesmo pode ser dito em relação à natureza. O produtivismo capitalista exaure um e outro com a mesma *rapacidade*.

As abordagens concernentes ao trabalho alienado demonstram proximidade entre essa noção e a ideia de produtivismo. A crítica de Marx ao trabalho alienado pode ser interpretada como uma crítica ao produtivismo, na medida em que o trabalho assim caracterizado configura atividade sujeita a uma lógica produtivista. Do mesmo modo, a defesa do desenvolvimento das forças produtivas como suporte indispensável para a superação do modo de produção capitalista enseja uma proposta de superação dessa lógica produtivista.

então ocorria no capitalismo, e da crise na agricultura associada a isto, permitindo assim que Marx desenvolva-se uma crítica da degradação ambiental que antecipava boa parte do pensamento ecológico de hoje.” (FOSTER, 2005, p. 202).

⁹⁰ (MARX, 2011b, p. 578).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da ecologia no pensamento de Marx está estabelecido na seara dos debates centrados na grande obra do autor. Já não se pode considerar meros insights fortuitos a gama de reflexões e desdobramentos presentes no trabalho de Marx que se relacionam, diretamente ou não, com a questão. A possível antecipação da noção de sustentabilidade, como defende Bellamy Foster, pode ser bom exemplo:

(...) a visão de Marx da agricultura capitalista e da falha metabólica nas relações impostas pela natureza entre os seres humanos e o solo o havia levado a um conceito de sustentabilidade ecológica mais amplo (...). A ênfase de Marx na necessidade de manter a terra em benefício da “cadeia de gerações humanas” (uma ideia que ele havia encontrado no começo da década de 1840 em *O que é propriedade?*, de Proudhon) capitava a verdadeira essência da noção atual de desenvolvimento sustentável, celebradamente definida pela Comissão Brundtland como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades”. (FOSTER, 2005, p. 230).

A concepção do metabolismo orgânico entre homem e natureza analisado no mesmo livro de Foster é outro. São muitos os pensadores hoje que se dedicam à discussão dessa dimensão ecológica pertinente ao pensamento de Marx. Grande parte desse diálogo vem a público sob a forma de artigos e estes atualmente se proliferam – cada um deles nos remete a outros de igual importância. Sem sombra de dúvida, o movimento é o de uma bola de neve que se agiganta. Nota-se, no entanto, que alguns pontos são bastante recorrentes nesse grande colóquio. As contendas teóricas de Marx e Engels em relação a Malthus, ou a questão relacionada à rejeição de Engels e Marx das pesquisas do socialista ucraniano Podolinsky que examinava os processos econômicos de um ponto de vista termodinâmico, são exemplos.

Entre os trabalhos teóricos mais aprofundados no tema de uma ecologia marxiana inclui-se o do já citado Bellamy Foster, que investiga a contribuição da tradição materialista para a emergência de uma visão ecológica, e os de James O’Connor com sua hipótese da *segunda contradição*, de que nos fala Renan Vega

Cantor.⁹¹ Enfim, as possibilidades de investigação nesse âmbito são muitas. Entre elas o debate sobre o produtivismo. A escolha pareceu então um caminho menos trilhado e a forma adotada para percorrê-lo também.

Deveras, muitas vezes o tema é mencionado, mas não foi encontrado ao menos um trabalho dedicado inteiramente a seu aprofundamento. O procedimento aqui adotado foi, ao invés de estabelecer uma altercação com qualquer um dos autores que defendem a presença desse alegado produtivismo no pensamento de Marx, tentar acompanhar o movimento de pensamento do próprio autor em uma de suas obras e deixar que isto “fale por si” a respeito de tal contenda. Procurar seguir as vigas mestras da arquitetura de determinada obra e auscultar o que ela pode pronunciar, ou mesmo se ela simplesmente silencia, em meio às vozes que se pronunciam sobre o tema. E escolher, para tanto, uma obra de status diferenciado dentro do grande conjunto formado pelos escritos de Marx. Tal foi a empresa tentada, e, esperava-se encontrar uma série de vacilações, uma série de deixas que pudessem subsidiar ou dar margem a tais interpretações produtivistas – não foi o caso. A leitura de Marx pareceu, ao contrário, fundamentar uma crítica de tal mentalidade.

A obra escolhida como central no trabalho, *O Capital* (Volume I), é considerada a mais representativa do autor e o núcleo dos temas abordados configura um conjunto fundamental no pensamento de Marx. As análises sobre a *tríade fetichoide* e o trabalho, e, ligados, a estes, o valor de uso e valor de troca, assim como a mais valia. Usando a questão do produtivismo como fio condutor, a

⁹¹ “A segunda contradição poria em relevo outro elemento não considerado por Marx: a contradição capital–natureza. O’Connor considera que, a partir do que Marx denominou “condições de produção”, isto é, a força de trabalho, o espaço, o ambiente, pode-se aprofundar no estudo desta segunda contradição, na medida em que o capital tende a autodestruir essas condições o seu custo tende a incrementar-se. Tal contradição manifestar-se-ia numa ampla escassez de recursos, motivada pela expansão do consumo produtivo de recursos não renováveis (tais como as matérias primas de tipo mineral, petróleo e outras), como pela degradação das condições naturais (solos, rios, águas), que dificulta a reprodução do capital. Tudo isso conduz à subprodução, limita a acumulação de capital e erode sua base natural de sustentabilidade. Em resumo, o capitalismo enfrenta uma dupla crise na demanda, ‘a primeira contradição’, como consequência da exploração do trabalho e uma crise pelo aumento dos custos, ‘segunda contradição’, motivada pela degradação das condições de produção, dentre as quais se encontra o ambiente natural.” (CANTOR, 2007, p. 106).

intensão foi, também, sublinhar aspectos dessas análises relevantes para o debate ecológico.

Em relação ao tema central, a intenção foi demonstrar que as abordagens de Marx trabalhadas identificam as raízes desse produtivismo na própria estrutura de funcionamento do sistema capitalista de produção e seus desdobramentos. Ao estudar as formas mercadoria, dinheiro e capital, Marx descortina a lógica de funcionamento que fundamenta o abuso produtivo característico de um produtivismo. Essas análises, discutidas aqui na primeira, e, sobretudo, na segunda parte, evidenciam que o sistema capitalista é intrinsecamente produtivista. Seria de um total anacronismo esperar de Marx a postura de um paladino de causas que só vieram a ter pertinência fora do seu tempo. Não obstante, sua crítica ao capitalismo pode ser lida como uma crítica à lógica produtivista. De modo que a acusação de que Marx adota uma concepção produtivista é assim rechaçada.

Mesmo no aspecto mais polêmico, o do desenvolvimento das forças produtivas, abordado na terceira parte do presente trabalho, percebe-se na proposta esboçada por Marx uma tentativa de superação desse padrão produtivo centrado no valor, no lucro obtido através da exploração da força de trabalho alheia. A perspectiva que lhe permite embasar sua crítica é justamente a do valor de uso, centrada na utilização dos objetos produzidos e numa produção voltada para a satisfação de necessidades socialmente relevantes, alicerçada numa mediação racional entre o homem e a natureza. Embora Marx aparente uma visão otimista sobre o desenvolvimento dos meios de produção, não há uma apologia ao crescimento ilimitado da produção, pelo contrário, por meio da denúncia do recrudescimento da exploração do trabalhador, com o emprego de novo aparato técnico, ele enseja uma crítica à forma como esse desenvolvimento efetivamente foi empregado na sociedade de então. Além do que, Marx sublinha o caráter destrutivo desse avanço técnico, tanto para o homem quanto para a natureza, dando ensejo até, conforme Daniel Bensaid, a uma possível crítica a certa ideia de progresso:

A ideia de uma transformação das forças potencialmente produtivas em forças efetivamente destrutivas, num outro registro temporal, é sem qualquer dúvida mais fecunda que o esquema mecanicista da oposição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as

relações de produção que a entravam. Ela libera o caminho para uma elaboração crítica do próprio conceito de progresso, enquanto “progresso diferenciado” (de acordo com uma fórmula de Ernst Bloch), oposto à abstração unilateral das ilusões do progresso. (BENSAID, 1999, p.485).

Tal passagem, certamente, é um convite ao debate. Marx, a despeito de toda exploração e destruição que testemunhou, pesquisou e fez conhecer, não passou a ver, aquilo que lhe parecia ser uma chave para a superação dos problemas gerados pelo capitalismo – o desenvolvimento técnico –, como uma das possíveis raízes desses problemas. Outros depois dele o fizeram, inclusive alguns cuja influência teórica remete diretamente a Marx, colocando *sub judice* a técnica desenvolvida no, e para o, capitalismo, e sua suposta neutralidade.⁹² A relação do autor com a técnica é um horizonte amplo de exploração.

A respeito da noção de trabalho, um dos itens da terceira parte, percebe-se a importância singular atribuída por Marx a essa atividade, por isso mesmo, sua crítica vigorosa ao, assim chamado, trabalho alienado, o que sugere a proposta de um novo *ethos* do trabalho. Nessa modalidade de labor, as características que fazem do trabalho a atividade vital do homem, um diferencial deste, são essencialmente modificadas. Esse trabalho alienado é a forma típica de trabalho de um sistema produtivista. Uma atividade sem sentido, motivada puramente pela necessidade de sobrevivência e na qual o homem é desumanizado por conta de um processo de exploração extrema voltado para a extração de mais valia resultante da utilização da mercadoria força de trabalho. O trabalho alienado, essa foi a hipótese defendida, está intrinsecamente conectado à ideia de produtivismo, a crítica de um, é forçosamente a crítica do outro. A “desalienação” do trabalho, é outro campo de exploração. E, ao que parece, os estudos de Marx sobre as formas precedentes de produção devem ser aí muito pertinentes.

Toda a exploração do ser humano denunciada por Marx em sua obra tem sua contraface na exploração da natureza. Os problemas apontados por ele

⁹² “Também a relação entre sociedade e tecnologia não está livre de problemas com sérias implicações. Numa carta a Annenkov (28 de dezembro de 1846), Marx estabeleceu uma distinção importante entre a tecnologia e sua aplicação socialmente determinada. Essa distinção, porém, não pode significar que a tecnologia em si seja *totalmente* neutra, sobre esse aspecto, pois todos os seus determinantes são, também eles, determinados.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 226).

intensificaram-se. A promessa embutida no desenvolvimento tecnológico, a diminuição do trabalho, não se cumpriu. O mundo do trabalho hoje combina a mais alta tecnologia com a máxima exploração do trabalho e as formas mais brutais de produção. “*Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas.*” (MARX, 2008, p. 82). O produtivismo – que faz do homem máquina – dissemina-se como uma mentalidade difusa, manifesta, entre outros, numa aceleração totalitária e *nonsense* que dita os ritmos da vida contemporânea, com suas evidentes consequências.⁹³ O império da mercadoria amplia seu espectro de influência para as mais variadas dimensões das relações humanas. O léxico empresarial permeia discursos oriundos de todas as esferas, nem o “mercado da fé”, como a própria expressão traduz bem, representa exceção. A crise ambiental, conforme especialistas, ganha contornos de uma ameaça real à própria sobrevivência da espécie humana a longo prazo. O enfrentamento destas questões exige, mais do que paliativos epidérmicos, *uma crítica radical do capitalismo*⁹⁴. Entender as raízes mais recônditas dos fatores originários desse cenário é hoje imperioso. A maior contribuição do pensamento de Marx nesse sentido pode estar localizada justamente nos caminhos abertos por ele na busca por esse entendimento. Examinar essas rotas é, ainda hoje, sem dúvida, providencial. Se essa conclusão deixa-se transparecer nas páginas anteriores, terá valido a pena redigi-las.

⁹³ “Visto por fora, temos a impressão de sermos apenas ‘crianças mimadas’; visto por dentro, a vida parece ficar cada vez mais difícil, mais confusa e estressante. Com uma intensidade maior que a da decepção, a inquietação rotineira é o que mais causa profundos transtornos ao indivíduo contemporâneo. Esse desassossego está quase por toda parte: nas correlações com o mundo globalizado, com a Europa, com o emprego, com os diplomas, com a imaginação, com a alimentação, com a saúde, com a poluição... O dado novo é que esse estado de incerteza e apreensão vai se disseminando sobre um fundo de febre consumista. Ao menos nesse ponto em particular, não existe saciedade: quanto mais consumismo, mais queremos consumir; a satisfação de um desejo engendra novas necessidades. O elemento que prevalece não é tanto a nostalgia do passado, mas o sentimento desagradável de precariedade e inquietação diante de um futuro cada vez mais incerto.” (LIPOVETSKY, 2007, p. 52).

⁹⁴ (CHESNAIS e SERFATI, 2003, p. 40).

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O ecologismo dos pobres**. Tradução: Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

_____. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Tradução: Peter Naumann. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. In: LINHARES, Daniéle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ARON, Raymond. **O Marxismo de Marx**. Tradução: Jorge Bastos. São Paulo: Arx, 2003.

ATTALI, Jacques. **Karl Marx ou o espírito do mundo**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2007.

BATAILLE, Georges. **A parte maldita, precedida de “A noção de dispêndio”**. Tradução: Júlio Castañon Guimarães. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BENSAID, Daniel. **Marx, o intempestivo**. Tradução: Luiz Cavalcanti de M. Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Marx, manual de instruções**. Tradução: Nair Fonseca. São Paulo: Boitempo, 2013.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom**: o terceiro paradigma. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

CANGIANI, Michele. *A teoria institucional de Karl Polanyi: a sociedade de mercado e sua economia “desenraizada”*. In: **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

CANTOR, Renan Vega. Marx, a ecologia e o discurso ecológico. In: NÓVOA, Jorge. (org.). **Incontornável Marx**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CARVALHO, Maria Rosário de. Engels e a etnologia evolucionista. In: MOURA, Mauro Castelo Branco de *et alii.* (org.). **Friedrich Engels e a ciência contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Posfácio*. In: CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. 295-361.

_____. **III Conferência Curt Nimuendajú**: últimas notícias sobre o fim do mundo. São Paulo/USP: 6 dez 2012. Disponível em: <http://vimeo.com/81488754>. Acesso em: 15/07/2014.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, São Paulo: Boitempo, v.1, n. 16, 2003, p. 39-75.

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

_____. **A sociedade contra o Estado**. Tradução: Theo Santiago. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

_____. **Do etnocídio** (1974a). In: 2004, p. 79-92.

_____. **A sociedade contra o Estado** (1974b). In: 2012, p. 201-231.

_____. **A economia primitiva** (1976). In: 2004, p. 173-195.

COHEN, Gerald A. Forças produtivas e relações de produção. In: **Revista Crítica Marxista**. São Paulo: UNESP, 2010, n. 31.

CORRÊA, Valcionir. **Capitalcracia**: a crise como exploração e degradação. Florianópolis: UFSC/Editora em Debate, 2012.

COSTA, Rogério Haesbaert, PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Nova Desordem Mundial**. São Paulo: UNESP, 2006.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Tradução: Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do Trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução: Ana Isabel Paraguay, Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

DICKENS, Charles. **Tempos difíceis**. Tradução: José Maria Machado. São Paulo: Clube do Livro, 1969.

DROUIN, Jean-Marc. **Reinventar a natureza**: a ecologia e sua história. Tradução: Armando Pereira da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso**. *Novos Estudos Cebrap*. n. 77, março, São Paulo: Cebrap, 2007.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Livro II. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. Prefácio à edição inglesa. In: MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. Livro I. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Tradução: Leandro Konder. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FOLADORI, Guillermo. **A questão ambiental em Marx**. *Crítica Marxista*, São Paulo: Xamã, v. 1, n. 4, 1997, p. 140-161.

FOSTER, John Bellamy. **Marx e o meio ambiente**. In: WOOD, E, FOSTER, J. (orgs.). *Em defesa da história*: marxismo e pós-modernismo. Tradução: Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

_____. **A ecologia de Marx**. Tradução: Maria Teresa Machado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GORZ, André. **Crítica de la razón productivista**. Madrid: Catarata, 2008. (Colección Clásicos del Pensamento Crítico).

Grande Dicionário Sacconi da Língua Portuguesa. São Paulo: Nova Geração, 2010.

HARRIBEY, Jean-Marie. **Marxismo ecológico ou ecologia política marxiana**. Tradução: Fernando Martins. 24 dez, 2002. In: http://resistir.info/ambiente/ecologia_politica.html. Acesso em 12/10/2014.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. Tradução: Daniel Cunha. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

JAPPE, Anselm. **As aventuras da mercadoria**: para uma nova crítica do valor. Tradução: José Miranda Justo. 2. ed. Lisboa: Antígona, 2013.

KLEIN, Naomi. **Cercas e Janelas**: na linha de frente do debate sobre globalização. Tradução: Rytá Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Sem Logo**: a tirania das marcas em um planeta vendido. Tradução: Rytá Vinagre. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A Doutrina do Choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Tradução: Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Tradução: Karen Elsabe Barbosa. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LATOUCHE, Serge. **Pequeno tratado do crescimento sereno**. Tradução: Celso Mauro Paciornick. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LENIN, Vladimir. **As Tarefas Imediatas do Poder Soviético**. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/04/26.htm>. Acesso em: 25/05/2014.

LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade da decepção**. Tradução: Armando Braio. Barueri: Manole, 2007.

LÖWI, Michael. **Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina**. In: Crítica Marxista, n. 8. São Paulo: Unesp, 2014.

_____. **O que é o Ecossocialismo**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/dukah/o-que-o-ecossocialismo>. Acesso em: 25/05/2014.

_____. Prefácio. In: TIBLE, Jean. **Marx Selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editorial Confluência, 1967.

MARTINS, Luiz. **O debate entre construtivismo e produtivismo**, segundo Nikolay Tarabukin. Disponível em: <http://www.cap.eca.usp.br/ars2/debate.pdf>. Acesso em: 25/05/2014.

MARX, KARL. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Livro I, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Livro I, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

MARX, KARL. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução: Reginaldo Sant'Anna. 13.ed. Livro II, Vol. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011d. (Coleção Marx-Engels).

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

_____. ; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Tradução: Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Tradução: António Filipe Marques. Lisboa: Edições 70, 2011.

MCCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história do movimento ambientalista. Tradução: Marco Antônio Esteves da Rocha, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução: Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? Tradução: Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza**: para pensar a ecologia. Tradução: Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

_____. **A invenção da sociedade**: sociologia e psicologia. Tradução: Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOURA, Mauro Castelo Branco de. Sobre o projeto de crítica da economia política de Marx. In: **Crítica Marxista**, n. 9. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A panacéia tecnológica e a perspectiva do valor de uso. In: **Cadernos CEMARX**, n. 2. Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. **Os Mercadores o Templo e a Filosofia**: Marx e a religiosidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NETTO, José Paulo. Apresentação. In: ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Tradução: Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campos, 1980.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RANIERE, Jesus. Apresentação. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

REES, Martin. **Hora Final** – alerta de um cientista: o desastre ambiental ameaça o futuro da humanidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROMANO, Roberto. Apresentação. In: MOURA, Mauro Castelo Branco de. **Os Mercadores o Templo e a Filosofia: Marx e a religiosidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SCHMIDT, Alfred. **El concepto de naturaleza en Marx**. Tradução: Julia M. T. Ferrari de Prieto, Eduardo Prieto. Madrid: Siglo Veintiuno, 1976.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Michel Goulart da (org.). **Marxismos e natureza: ecologia, história e política**. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2010.

SOUZA, José Crisóstomo de. **A filosofia como coisa civil ou: o que pode ser a filosofia entre nós**. Salvador: Núcleo de Estudos em Filosofia, 2001. (Cadernos de Argumento).

TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.